

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Cav FABIANO DOS SANTOS LUNARDI

**Ensinaamentos relevantes para o Brasil no nível político,
sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, a
partir do Conflito na Ucrânia**



Rio de Janeiro
2023

Maj Cav FABIANO DOS SANTOS **LUNARDI**

**Ensinaamentos relevantes para o Brasil no nível político,
sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, a partir
do Conflito na Ucrânia**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: TC Inf LUIS HENRIQUE VIGHI **TEIXEIRA**

Rio de Janeiro
2023

L961e Lunardi, Fabiano dos Santos

Ensinamentos relevantes para o Brasil no nível político, sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, a partir do Conflito na Ucrânia. / Fabiano dos Santos Lunardi. - 2023.
58 f. : il. ;30 cm.

Orientação: Luis Henrique Vighi Teixeira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 53-58.

1. Realismo. 2. Conflito da Ucrânia. 3. Política Nacional de Defesa. I. Título.

CDD 355

Maj Cav FABIANO DOS SANTOS LUNARDI

Ensinamentos relevantes para o Brasil no nível político, sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, a partir do Conflito na Ucrânia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em ____ de outubro de 2023.

COMISSÃO AVALIADORA

LUIS HENRIQUE VIGHI TEIXEIRA – TC Inf QEMA – Presidente

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GERSON DE MOURA FREITAS – Cel R1 QEMA- Membro

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

DUILIO PAULO SILVA DE MIRANDA – Cel R1 QEMA - Membro

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, fonte de inspiração e de exemplo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que foram exemplos de virtudes, servindo de inspiração para que eu buscasse o meu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Ao meu orientador, TC Luis Henrique Vighi Teixeira, pelas orientações seguras, contribuindo com seu conhecimento e experiência para o resultado final deste trabalho.

À minha esposa, Elaine, e meu filho, Luiz Antônio, pela alegria de poder conviver com vocês todos os dias, pelo carinho, compreensão e incentivo de sempre.

“O nosso máximo esforço de independência consiste em opor, por vezes, um pouco de resistência às sugestões ambientes. A grande massa nenhuma resistência opõe e segue as crenças, as opiniões e os preconceitos de seu grupo. Ela lhe obedece sem ter mais consciência do que a folha seca arrastada pelo vento.” Gustave Le Bon.

RESUMO

Introdução: O realismo ofensivo apresenta atenção limitada dos meios acadêmicos, uma vez que foi difundido no pós-Guerra Fria, período marcado pela hegemonia liberal na geopolítica mundial. Neste referencial teórico, Mearsheimer alertou acerca dos riscos que as nações, com maior enfoque nos EUA, estavam incorrendo ao ignorar os preceitos do realismo ofensivo, com destaque para as tensões russo-ucranianas. Com base nesse contexto, o estudioso alertou sobre as consequências das decisões dos líderes ocidentais que culminaram com a guerra da Ucrânia.

Objetivo: Analisar o conflito na Ucrânia que teve início em 2022; sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, no nível político; a fim de levantar oportunidades de melhorias relacionadas com a Política Nacional de Defesa do Brasil. **Método:**

Estudo descritivo, de abordagem qualitativa. A coleta de dados foi limitada pelas pesquisas referentes ao espaço geográfico da Ucrânia e do Brasil, por meio de pesquisa bibliográfica de literatura em livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, redes eletrônicas, documentos produzidos pelo Estado brasileiro, palestras e entrevistas. Por fim, realizou-se a análise de conteúdo, segundo os preceitos de Laurence Bardin.

Resultados: A Guerra da Ucrânia está correlacionada com os fundamentos do realismo ofensivo, pois os preceitos da teoria são observados no desenrolar do conflito. Ademais, este estudo forneceu sugestões de oportunidades de melhorias para a Política Nacional de Defesa brasileira, a saber: priorização dos esforços nacionais para obtenção estabilidade financeira nacional; a retomada do crescimento da produtividade do setor secundário nacional; o desenvolvimento de política externa para intensificar a influência brasileira em seu entorno estratégico, contra-arrestando as ações desta natureza das grandes potências; e o estabelecimento do desenvolvimento do poder latente brasileiro como prioridade da Política Nacional de Defesa. **Conclusão:** O Brasil como maior nação da América Latina possui relevância no cenário global e recebe atenção das ações geopolíticas das grandes potências. Nesse contexto, é relevante estudar como as ações destas potências afetam os demais países, particularmente no caso Ucrâniano que é o foco mais atual de intensa disputa entre grandes potências.

Palavras-Chave: Realismo; Conflito na Ucrânia; Política Nacional de Defesa.

ABSTRACT

Introduction: The offensive realism, initially, received limited attention from the scientific circles, once it was published in a period marked by the liberal hegemony in geopolitics studies worldwide. In this theoretical framework, Mearsheimer warned about the risks that nations, particularly the United States of America, were taking on ignoring the precepts of offensive realism regarding the Russian-Ukrainian crisis. In this context, this scholar informed about the consequences of the decisions taken by western leaders that culminated in a Ukrainian war. **Objective:** Analyze the conflict in Ukraine that began in 2022; from the perspective of Mearsheimer's offensive realism, at the political level; in order to propose opportunities for improvements related to Brazil's National Defense Policy. **Method:** Descriptive study, with a qualitative approach. The data collection was limited by research relating to the geographic space of Ukraine and Brazil, through bibliographical research of literature in books, academic works, newspapers, magazines, electronic networks, documents produced by the Brazilian State, as well as lectures and interviews. Finally, a content analysis was conducted according to the precepts of Laurence Bardin. **Results:** The Ukrainian War is correlated with the foundations of offensive realism, in addition, this study presented propositions concerning opportunities for improvement in the Brazilian National Defense Policy. The essentials are prioritizing national efforts to achieve national financial stability; resumption of productivity growth in the national secondary sector; development of a foreign policy to intensify Brazilian influence in its strategic surroundings, countering actions of this nature by the great powers; and establishment of the development of Brazilian latent power as a priority of the PND. **Conclusion:** Brazil, as the largest and strongest nation in Latin America, is relevant on the global stage and receives impact from the geopolitical actions of the great powers. In this context, is relevant to study how the actions of these great powers affect other countries, particularly in the Ukrainian case, which is a current focus of intense dispute between great powers.

Keywords: Realism, Ukrainian War, National Defense Policy.

LISTA DE ABREVIações

Alte	Almirante
BID	Base Industrial de Defesa
CEEx	Concepção Estratégica do Exército
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
Esqd	Esquadra
EB	Exército Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
Ex	Exército
FA	Forças Armadas
Gen	General
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IRVA	Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos
MD	Ministério da Defesa
RI	Relações Internacionais
OM	Organização Militar
OND	Objetivo Nacional de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PeD	Pesquisa e Desenvolvimento
PND	Política Nacional de Defesa
PED	Produtos Estratégicos de Defesa
PRODE	Produtos de Defesa
SWIFT	Sociedade para Telecomunicação Financeira Interbancária Mundial
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – As principais teorias realistas	12
Figura 1 – A expansão da OTAN de 1990 até 2019	24
Figura 2 - A população ucraniana de 1991 até 2021	31
Figura 3 – Evolução das despesas primárias do MD de 2010até 2019	35
Figura 4 - Crescimento do PIB da América Latina e do Leste da Ásia antes e depois da década de 1980	35
Figura 5 - Comparação do crescimento brasileiro entre as décadas de 2010 e 1970	36
Figura 6: Gasto mundial em economia de defesa por região entre 1988 e 2022	36
Figura 7: Ranking mundial do orçamento de defesa	38
Figura 8 - Exportações brasileiras de armamentos (1970-2000) (Em US\$ milhões – valores de 1990)	41
Figura 9 – Evolução das Exportações brasileiras de 2011 até 2021	42
Figura 10 – Taxas médias reais de crescimento do PIB e PIB per capita por década no Brasil	43
Figura 11 – Crescimento do PIB entre 2001 e 2020 e dívida pública e dívida líquida da União	44
Figura 12 - Indústria de transformação no Brasil, 1948 - 2018 (% do PIB)	44
Figura 13 - Entradas de IED da China e dos Estados Unidos na América Latina	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	15
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	16
2	METODOLOGIA	17
2.1	TIPO DE PESQUISA	17
2.2	COLETA DE DADOS	17
2.3	TRATAMENTO DOS DADOS	17
3	DESENVOLVIMENTO	19
3.1	O REALISMO OFENSIVO	19
3.2	A GUERRA NA UCRÂNIA	22
3.2.1	A expansão da OTAN	22
3.2.2	A expansão da União Europeia (EU)	26
3.2.3	Os acordos de Minsk	29
3.2.4	A situação contemporânea da Ucrânia	31
3.3	OS MARCOS LEGAIS BRASILEIROS ACERCA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DA DEFESA NACIONAL	32
3.4	A ECONOMIA DE DEFESA	34
3.4.1	Desenvolvimento da indústria bélica nacional	38
3.4.2	Geoeconomia	42
4	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

Segundo Kaplan (2013) a conquista da Ucrânia pela Rússia tende a ocorrer naturalmente, tanto por questões geográficas quanto pela estreiteza de laços e da história. Ademais, em 1991, a Rússia foi reduzida ao seu menor tamanho desde o reinado de Catarina, a Grande, perdendo até a Ucrânia, núcleo original do principado de Kiev. Dessa forma, o referido autor destacou a formação da maior vulnerabilidade da história russa em tempos de paz. Esse teórico evidenciou a previsibilidade do conflito na Ucrânia.

“A invasão russa na Ucrânia em fevereiro de 2022 levou os países ocidentais a reorientarem suas estratégias de defesa. A possibilidade de um conflito convencional entre dois exércitos regulares passou de hipótese para realidade no continente europeu. A paz tutelada pelos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi insuficiente como fator dissuasório à invasão. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia demonstrou ao mundo o risco de as nações confiarem sua defesa às alianças militares ou a capacidade de intervenção das Nações Unidas”
(ALMEIDA, 2022, p. 1)

Esse contexto, evidenciou a importância do pensamento realista atualmente. Nessa perspectiva, segundo Matos (2019), a teoria proposta por Mearsheimer, o realismo ofensivo, evoluiu a partir da tradição realista das Relações Internacionais (RI). Afastando-se do chamado “realismo clássico”, que tem como ícones Morgenthau e Kissinger. No quadro 1, observa-se as principais diferenças entre as teorias realistas, segundo Mearsheimer (2014):

Quadro 1 - As principais teorias realistas

Principais questões	Realismo Clássico	Realismo Defensivo	Realismo Ofensivo
Causas para competição por poder?	A busca por poder é inerente aos Estados.	A estrutura do sistema.	A estrutura do sistema.
Quanto poder os Estados almejam?	O máximo possível. Os Estados maximizam seu poder relativo, tendo a hegemonia como meta.	Não muito mais do que eles possuem, atualmente. Estados se concentram em manter o equilíbrio de poder.	O máximo possível. Os Estados maximizam seu poder relativo, tendo a hegemonia como meta.

Fonte: A Política das Grandes Potências - Mearsheimer (2014)

A teoria de Mearsheimer surge como uma variação do Realismo Estrutural inaugurado por Waltz, em 1979. Compartilhando do pressuposto de que a estrutura, Sistema Internacional, constrange a ação das unidades, Estados, o realismo ofensivo desconsidera características individuais desses Estados, tais como fatores culturais e tipos de regime, centrando-se na capacidade material como principal fator de análise. Assim, o autor defende ser a busca de poder a principal maneira para que um país sobreviva em um ambiente anárquico como o sistema internacional.

Nesse sentido, este trabalho teve como objeto de pesquisa o conflito na Ucrânia sob a visão do realismo ofensivo de Mearsheimer, no nível político, a fim de levantar oportunidades de melhorias relevantes para a Política Nacional de Defesa (PND) do Brasil.

A PND deriva da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a qual elenca em seu artigo 4º os princípios que regem suas RI: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político. Desse modo, as relações internacionais brasileiras têm raiz no pensamento kantiano, conforme exposto por pensador de renome nacional, como (LAFER, 2018, p.804):

“Desde Kant, a teoria política vem apontando a correlação positiva entre democracia no plano interno e paz no plano internacional. Daí a associação frequente entre democracia e paz, democracia, paz e internacionalismo – um internacionalismo guiado pelos princípios da coexistência e cooperação com os demais membros da sociedade internacional. Esse internacionalismo baseado na cooperação e na coexistência de base democrática, no caso do Brasil, eu o vejo como realista e praticável, não como utópico ou radical.”

Todavia, esta situação não exclui a necessidade do pensamento realista nas RI, conforme a história recente comprovou. De acordo com Mearsheimer (2014), as elites europeias e estadunidenses foram cegas aos eventos que causaram a crise ucraniana, pois aderiram a políticas internacionais falhas. Elas acreditavam que o realismo era irrelevante no século XXI. Outrossim, que a Europa se uniria sob as

bases dos princípios liberais, da interdependência econômica e da democracia. Entretanto, este grande esquema falhou na Ucrânia. Assim, este caso mostrou que o realismo mantém sua relevância e que os Estados que o ignorarem, incorrerão em riscos.

Nesse contexto, é evidente que o Brasil não pode ser país “desarmado”, com poder militar incompatível com as ameaças à sua soberania e aos seus objetivos nacionais. Este quadro significa não ter a capacidade de enfrentar as ameaças contemporâneas, especialmente as agressões provenientes de potências estrangeiras; tanto direta, quanto indiretamente; que progressivamente cobijam nossos recursos, bens e fatores de grande relevância para a economia moderna. Esses recursos são abundantes no solo pátrio, por outro lado são escassos em outras partes do mundo, englobando minerais críticos, água doce, biodiversidade, fontes de energia, terras férteis e recursos oceânicos. Dessa forma, é fundamental que o Brasil esteja preparado para proteger e defender seus interesses nacionais (CARMONA, 2022).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do contexto apresentado acima, salienta-se como problema de pesquisa responder o seguinte questionamento: “Quais oportunidades de melhorias relevantes para a Política Nacional de Defesa (PND) do Brasil podem advir do estudo do conflito na Ucrânia, que teve início em 2022, sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer?”

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o conflito na Ucrânia que teve início em 2022; sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, no nível político; a fim de levantar oportunidades de melhorias relacionadas com a PND do Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

Nesse escopo, serão levantados os seguintes objetivos específicos:

- a. Compreender o conflito da Ucrânia na perspectiva do realismo ofensivo, no atual contexto geopolítico mundial;
- b. Descrever as principais fragilidades da PND brasileira, sob a ótica do realismo ofensivo, no escopo do atual cenário geopolítico mundial.
- c. Descrever as principais oportunidades de melhoria para a PND a partir do conflito na Ucrânia.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Com o intuito de atender os objetivos propostos, esta pesquisa foi delimitada pelos acontecimentos, especialmente os ligados à geopolítica, relacionados com o conflito na Ucrânia que teve início em 2022 e continua ativo até a atualidade. Outrossim, como referencial teórico foi considerado o realismo ofensivo de Mearsheimer (2014). Ademais, com o objetivo de levantar oportunidades de melhorias para o Brasil será considerada a situação nacional e os documentos nacionais vigentes até a presente data.

Ressalta-se que o estudo focou no pressuposto básico da Defesa Nacional: I. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos (BRASIL, 2020).

Ademais, o estudo foi limitado aos movimentos geopolíticos que resultaram nos conflitos armados ocorridos na região da Ucrânia, pela intensidade, relevância dos acontecimentos e complexidade das interações que motivaram os ocorridos neste intervalo de tempo. Outra observação é que só foram levados em consideração os ensinamentos colhidos que afetem diretamente a PND.

Assim, buscou-se observar os movimentos geopolíticos e as ações realizadas pelas nações no referido conflito, e relacionar com as tendências existentes na PND do Brasil, concluindo sobre quais destes ensinamentos colhidos podem ser relevantes para a realidade brasileira.

O universo do presente estudo foi composto pelos Estados envolvidos direta e indiretamente de ambos os lados do Conflito da Ucrânia, ou seja, ucranianos e seus apoiadores; assim como russos e seus simpatizantes.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O referido estudo tem sua devida importância, porque existem poucas fontes de consultas que relacionam o referencial teórico do realismo ofensivo com o conflito na Ucrânia. Outrossim, essa doutrina é pouco estudada nas relações internacionais brasileiras.

Ademais, os ensinamentos proporcionados por este estudo têm potencial de fornecer subsídios para novas pesquisas, assim como para que os decisores brasileiros possam, se for o caso, atualizar seus posicionamentos nos níveis políticos, contribuindo em melhores condições com a consecução dos objetivos nacionais, como contribuir com a dissuasão extrarregional, ampliar a projeção do Exército no cenário internacional e contribuir com a paz social.

Dessa feita, essa pesquisa poderá servir de apoio para trabalhos futuros como fonte de consulta e de parâmetros, inclusive com os resultados antes e após o término do conflito na Ucrânia.

2. METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Este estudo foi descritivo de abordagem qualitativa que é adequado quando o fenômeno de interesse; o conflito na Ucrânia; é novo, dinâmico ou complexo, as variáveis relevantes não são facilmente identificadas e quando as teorias existentes não explicam o fenômeno.

A abordagem qualitativa provê ao pesquisador um conhecimento mais profundo de um fenômeno e produz um alto nível de detalhes. Quanto à natureza da pesquisa, esta será do tipo aplicada, pois servirá de subsídio para pesquisas futuras no que diz respeito as relações internacionais (PRODANOV, 2013).

2.2 COLETA DE DADOS

Este trabalho realizou o levantamento de dados por meio de pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas), além de documentos produzidos pelo Estado brasileiro, assim como palestras e entrevistas. A coleta de dados foi realizada em bases de dados como as plataformas digitais do Google Acadêmico, *Scielo*, Biblioteca Digital do Exército e EB Revistas. Foram utilizadas como palavras-chave de busca “guerra na Ucrânia”, “conflito na Ucrânia”, “Mearsheimer”, “realismo ofensivo”, “economia de defesa” e “Política nacional de defesa”.

A coleta de dados foi limitada pelas pesquisas referentes ao espaço geográfico da Ucrânia e do Brasil. Ademais, como limite temporal foi o processo de dissolução da URSS, sendo o ano de 2023, o último a ser analisado. Justifica-se esse corte temporal devido as raízes mais relevantes do conflito estarem neste período de análise.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O presente estudo foi realizado por meio da análise de conteúdo, segundo os preceitos de Laurence Bardin. Esse método apresenta três etapas ou processos

necessários para sua realização que são: a pré-análise, a exploração do material, e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2015).

A pré-análise pode ser definida como a etapa de organização das ideias coletadas a fim de torná-las operacionais. Esta possui um protocolo com quatro fases: fase 1- a leitura “flutuante”, na qual se estabelece contato com os documentos que serão analisados buscando destes conhecimentos do material a partir de impressões e orientações geradas pelo estudo inicial, fase 2 - a escolha dos documentos, na qual serão separados e submetidos aos procedimentos analíticos, fase 3 – a formulação das hipóteses e dos objetivos, que se dão a partir da leitura dos documentos anteriormente separados, fase 4 - a preparação do material e codificação de informações que serão utilizadas de forma de que torne possível para análise (BARDIN, 2015).

A segunda etapa é a fase da exploração de material, nela são escolhidas as unidades de codificação, classificação, agregação e categorização. Esta é a fase da descrição analítica submetida a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (BARDIN, 2015).

Na terceira e última etapa do processo de análise se dá o tratamento dos dados obtidos e a interpretação. Para Bardin (2015) nesta fase os dados serão tratados de maneira que possam possuir significados e que sejam válidos. É nela que ocorre o apanhado destes dados possibilitando assim uma dedução com base nas informações conseguidas e a interpretação com foco nos objetivos previstos ou a partir de novas descobertas.

3. DESENVOLVIMENTO

A seguir, serão apresentados o realismo ofensivo de Mearsheimer, a Guerra na Ucrânia e a PND com enfoque no pressuposto básico da Defesa Nacional: I. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos, a fim de levantar oportunidades de melhorias relevantes para o Brasil.

3.1 O REALISMO OFENSIVO

Morgenthau é considerado referência no pensamento realista contemporâneo e preconizou seis princípios para sua teoria:

“Em síntese, tais princípios ressaltam o caráter objetivo do realismo político e seu vínculo direto com uma avaliação extremamente pessimista da "natureza humana" (Princípio 1); a importância central no realismo político do "interesse" (nacional), qualificada com a observação de que este não deve ser entendido como imutável (Princípios 2 e 3); a percepção da questão moral nas relações internacionais, por parte do realismo político, sob a ressalva de que as aspirações morais de uma nação não se identificam com as do "conjunto dos preceitos morais, que regem o universo" político (Princípios 4 e 5); e - talvez menos interessante, mas de todo modo reveladora - a reivindicação para o realismo político de uma especial "profundidade", ou seja, de ser o detentor de uma superior apreensão da realidade (Princípio 6)” (MORGENTHAU, 2003,p.18)

O realismo ofensivo apresenta revisão destes conceitos e preconiza que o Estado deve maximizar o seu poder. Nesta abordagem, os países não podem cometer erros de cálculo sobre o quanto de poder é adequado, porque colocará em risco a sua sobrevivência. Aspectos como inovação tecnológica, por exemplo, podem alterar subitamente o balanço de forças no sistema internacional, afetando as grandes potências, já que precisam garantir sua sobrevivência, por si só, por estarem em um sistema de autoajuda, ou seja, que não existe uma autoridade central para se recorrer, caso haja necessidade de proteção (MATOS, 2019).

Ademais, com uma diferença substancial de poder, outros Estados se sentirão dissuadidos de tentarem ameaçar ou ir contra a potência hegemônica. Logo, buscar o máximo de poder possível proporcionará segurança. Neste contexto, os atores tendem a se comportar, sistemicamente, de maneira agressiva para com os outros, desconfiando de suas intenções e movimentos no ambiente internacional (MATOS, 2019).

Outrossim, o conceito de poder é fundamental na teoria realista ofensiva. Para Mearsheimer (2014), é necessário compreender a ideia de poder latente, que reúne, principalmente, dois fatores: a dimensão populacional do Estado e seu poderio econômico. O fator populacional, porém, é deixado em segundo plano, já que, para o autor, o fator econômico pode ser convertido mais facilmente em poder militar. Embora não exista equivalência direta entre capacidade econômica e capacidade militar, tendo em vista que todas as grandes potências são ricas, porém nem todos os Estados ricos são grandes potências (MEARSHEIMER, 2014), um grande poderio econômico indica que o Estado tem elevado poder latente e, por isso, é racional supor que este Estado pode vir a se comportar como uma grande potência.

Mearsheimer considera quatro componentes do poder militar: o independente naval, o estratégico aéreo, o terrestre e os armamentos nucleares. Após a realização de análises históricas de diversos conflitos internacionais, o autor afirma que o poder terrestre é o principal. Assim, o Estado deve trabalhar para obter a superioridade na balança de poder terrestre em sua região. Neste contexto, os grandes cursos d'água minam a eficiência do poder terrestre em projetar força além destas barreiras naturais. Dessa forma, é esperado que uma grande potência busque pela hegemonia regional e evite o surgimento de poderes concorrentes, especialmente, em seus respectivos continentes (MEARSHEIMER, 2014).

Além disso, a busca pelo poder e pela hegemonia é feita por meios específicos. Para a aquisição de poder as principais formas são: o uso da guerra e o uso de chantagem. Para conter um Estado rival, os principais meios são o balanceamento (*balancing*) na qual o Estado ameaçado arca com os custos de neutralizar a ameaça sofrida; o balanceamento exterior (*offshore balancing*) este método permite que uma potência distante utilize potências regionais próximas às ameaças para contenção de outras potências hostis; o efeito adesão (*bandwagon*)

que preconiza alinhamento de Estados menores a potências para se protegerem; e a atribuição de responsabilidade (*buck-passing*), neste tipo o Estado ameaçado utiliza um terceiro, Estado, para lidar com a intimidação, sendo, assim, o menos oneroso de todas as estratégias citadas (MEARSHEIMER, 2014).

Em linhas gerais, os cinco principais pressupostos do realismo ofensivo são: os Estados são os atores principais das RI; todos os Estados têm capacidade ofensiva militar; existe a incerteza sobre as intenções dos outros Estados; o principal papel do Estado é a sobrevivência; e os Estados são atores racionais (MEARSHEIMER, 2014).

Vale destacar que a estrutura bipolar de distribuição de poder característico da Guerra Fria garantiu maior estabilidade ao sistema, ao contrário da estrutura multipolar não-balanceada atual (MEARSHEIMER, 2014).

Salienta-se que Mearsheimer esclarece qual deveria ser o papel de outros atores estatais no plano norte-americano. Em artigo, visando aconselhar o então eleito presidente Donald J. Trump, o autor faz uma breve apologia ao realismo político em detrimento do modelo de “hegemonia liberal”, aconselhando Trump a adotar uma perspectiva mais realista na condução de sua política externa. Neste documento, Mearsheimer analisa a participação estadunidense em diversas questões relevantes, tais como a guerra na Síria, o combate ao terrorismo, a situação no Golfo Pérsico, a intervenção na Ucrânia, entre outros temas. No que tange à relação entre Rússia e EUA, Mearsheimer relata que a histórica rivalidade deveria ser superada, argumentando que estes dois Estados deveriam unir-se para combater a ascensão da China (MEARSHEIMER, 2016).

Nesse contexto, os EUA deveriam se esforçar para melhorar as relações com a Rússia, uma vez que o país não é séria ameaça aos interesses americanos. Ademais, ambos possuem interesses em comum: combater o terrorismo, colocar um fim ao conflito na Síria e evitar que o Irã (e outros países) adquiram armas nucleares. Vale lembrar que o apoio da Rússia facilitaria a contenção da China em ascensão, pois existe histórico de competição entre Rússia e China e a longa fronteira partilhada. Assim, é provável que Moscou una-se a este esforço uma vez que Washington abandone a desorientada política externa que tem aproximado Moscou de Beijing (MEARSHEIMER, 2016).

Seguindo a lógica apresentada por Mearsheimer (2014), a Rússia partilharia da motivação em barrar a ascensão chinesa, já que o país também é um candidato à hegemonia no continente Euroasiático. Em uma situação ideal, a Rússia aceitaria a ajuda de uma potência fora de sua região a fim de perseguir a hegemonia em sua própria área de influência. Nesse sentido, os EUA beneficiar-se-iam em ter um aliado na contenção de um rival como a China, assim como a Rússia teria vantagens com um forte aliado extrarregional. Assinala-se, que o objetivo norte-americano não é a troca de uma hegemonia asiática chinesa por uma russa euroasiática, mas sim impedir que qualquer um destes rivais consiga consolidar este objetivo, já que, para os EUA, é mais vantajoso ter duas ou mais potências lutando entre si pela predominância de uma região distante do que apenas uma dessas potências alcançar o status de hegemonia regional, sendo esta estratégia denominada de *offshore balancing* (MEARSHEIMER, 2014).

Por fim, Mearsheimer assume que três variáveis resultantes da ação do Ocidente foram responsáveis pela resposta russa na Ucrânia: o alargamento da OTAN, a expansão da União Europeia e a promoção da democracia - hegemonia liberal - (MEARSHEIMER, 2014). Assim, a crise na Ucrânia seria responsabilidade do Ocidente, já que o governo russo fora pressionado a agir a fim de impedir a crescente influência estrangeira em uma região de interesse estratégico fundamental para o país (MEARSHEIMER, 2016).

3.2 A GUERRA DA UCRÂNIA

3.2.1 A Expansão da OTAN

O ano de 1991, marcou a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Neste contexto, Rússia e Ucrânia tornaram-se Estados autônomos e com agendas de construção de independência nacional divergentes. A Ucrânia rompeu com a Rússia com o apoio majoritário de sua população em referendo para sua independência. Todavia, a ligação russo-ucraniana foi mantida por intermédio de estruturas como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), fazendo parte do “*Near Abroad*”, política que conservava os novos Estados

independentes da extinta URSS próximos, principalmente através de estruturas econômicas e políticas de segurança (APARECIDO; AGUILAR, 2022).

Nesse contexto, de acordo com documentos que foram desclassificados e disponibilizados pelos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2023), a retirada das tropas soviéticas da Alemanha oriental ocorreu após longa negociação entre os líderes do bloco ocidental e da URSS que resultou na formulação da política “*not one inch eastward*” pelo secretário de Estado dos EUA, James Baker, em reunião com Gorbachev, em 9 de fevereiro de 1990. Os principais marcos deste processo estão descritos nos próximos dois parágrafos.

No encontro de Malta, em dezembro de 1989, o Presidente George H.W. Bush assegurou a Gorbachev que os EUA não se aproveitariam das revoluções na Europa oriental para ameaçar interesses soviéticos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2023).

Em 31 de Janeiro de 1990, as lideranças ocidentais da OTAN concordaram com a fala do ministro das relações exteriores da Alemanha Ocidental, Hans-Dietrich Genscher, durante o discurso público sobre unificação alemã em Tutzing, na Bavária. Neste discurso, Genscher deixou claro que mudanças na Europa Oriental, assim como, na unificação alemã, não devem levar a prejuízos aos interesses de segurança soviéticos, assim a OTAN não deveria se aproximar das fronteiras soviéticas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2023).

O desrespeito a essas tratativas somou-se ao quadro de instabilidade na região, especialmente, no tocante a questão nuclear, uma vez que a Ucrânia havia se tornado a 3ª maior potência mundial neste aspecto, ficando atrás apenas da Rússia e dos EUA. No escopo da campanha de diminuição das armas nucleares no planeta, Rússia, EUA e Reino Unido firmaram o Memorando de Budapeste, em 1994. Tal acordo político estabelecia, dentre outras decisões, determinadas garantias de segurança para a Ucrânia aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Dessa forma, a Ucrânia renunciou ao seu arsenal nuclear e, em contrapartida, os demais países deveriam respeitar a soberania e a integridade territorial da Ucrânia. De maneira rápida, apenas dois anos depois, em 1996, a Ucrânia concluiu a transferência das armas nucleares existentes em seu território para a Rússia (DE OLIVEIRA RODRIGUES, 2022).

Ademais, ainda em 1994, o Presidente dos EUA, Bill Clinton, iniciou a política de expansão da OTAN (Figura 1), e absorveu, inicialmente, doze países da Europa Central e Oriental, entre 1990 e 2009 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1995). Essa expansão chegou na fronteira russa em 2004 ao incorporar os países Bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia, se aproximando a cerca de 600 km de Moscou (MEARSHEIMER, 2014).

Figura 1: A expansão da OTAN de 1990 até 2009



Fonte: RT (2014)

Vale ressaltar que a Rússia, naquela época, “não teve força, nem condições para evitar que a OTAN continuasse a incorporar repúblicas” da antiga União Soviética (BANDEIRA, 2013, p.55). Por isso, o Kremlin ficou impotente em relação ao avanço do Ocidente sobre a antiga esfera de influência soviética, durante as décadas de 1990 e 2000 (BANDEIRA, 2013).

Assim, a OTAN iniciou nova fase no seu processo de expansão em 1995. Para Talbot (1995), tal decisão teve dois significados: um político e outro militar. Politicamente, representou que os novos membros da organização deveriam adequar-se a padrões mínimos exigidos. Desse modo, a expansão da OTAN significou a exportação de padrões político-econômicos ocidentais para os novos membros, no que dizia respeito à “padronização” das suas instituições e à economia

de mercado. Militarmente, funcionou como mecanismo de dissuasão contra a Rússia.

Outrossim, alargar a OTAN significou, em última instância tornar a Europa Central e Oriental parte do bloco ocidental, ou seja, representou a expansão da zona de influência do bloco ocidental sobre o que anteriormente era esfera de influência soviética (MEARSHEIMER, 2014).

Em oposição a esse contexto, a ascensão de Vladimir Putin ao poder, em 1999, delineou processo de profundas mudanças nas RI russas, pois preocupado com o avanço da OTAN em direção ao Leste Europeu e querendo recuperar o prestígio do país no sistema internacional, o líder começou o processo de forte investimento no setor de defesa, dando início a uma grande reorganização de suas Forças Armadas (MCFAUL, 2000).

Os russos evidenciaram, progressivamente, seus protestos contra o aumento da influência Ocidental na Europa Oriental, sendo que esta tensão atingiu situação crítica após a reunião da OTAN de 2008, em Bucareste. Neste evento, George W. Bush, presidente dos EUA, apoiou a admissão da Ucrânia e da Geórgia na aliança, pressionando os Primeiros-ministros francês e alemão. Vale lembrar que William Burns, embaixador dos EUA em Moscou neste período, evidenciou que esta seria a *“brightest of the red lines”*. Nesta oportunidade ele escreveu um memorando para o Secretário de Estado, Condoleezza Rice, que descreveu sucintamente a questão:

“A entrada da Ucrânia na OTAN é a mais brilhante das linhas vermelhas para a elite russa, não somente na opinião de Putin. Após anos de conversas com atores relevantes da sociedade russa, desde opositores até apoiadores do Kremlim, não é possível encontrar alguém que não considere a adesão da Ucrânia a OTAN como ameaça direta aos interesses russos.” (LAWRENCE, 2022, p. 4, tradução nossa).

Esse quadro, compôs os motivos para a invasão russa à Geórgia, quatro meses após o encontro de Bucareste. Esse evento, segundo Mearsheimer (2014), deveria ter sido o suficiente para dissipar qualquer dúvida sobre a determinação russa de evitar que Ucrânia e Geórgia entrassem à OTAN. Mesmo assim, a OTAN jamais abandonou sua intenção de admitir os dois países e continuou o processo de

expansão. Com isso, no ano seguinte, Albânia e Croácia foram admitidas (DELLAGNEZZE, 2022).

3.2.2 A expansão da União Europeia (EU)

A EU, tem seu marco inicial 1991, com a assinatura do Tratado Maastricht. Naquele ano, a organização era composta por treze membros. Todavia, nos vinte anos seguintes, totalizou vinte e oito integrantes. Salienta-se que todos os quinze novos membros incluídos nas quatro últimas rodadas de expansão da União Europeia estavam situados a leste da cortina de ferro. Este cenário revela como o alargamento da União Europeia ocorreu sobre a área de influência russa. Desse modo, da mesma forma que o da OTAN, a EU absorveu países que nos tempos de Guerra Fria viviam sob controle de Moscou (CAMPOS; LOBO; AZEVEDO, 2018).

No tocante à Ucrânia, o avanço da União Europeia e o ápice da aproximação foram atingidos com o Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia, com fins de estreitar o vínculo político e a integração econômica, além de fundar um novo estágio de relações entre as partes. As negociações entre os interessados começaram em 2007, durante o mandato do presidente Yushchenko, que ascendera ao poder por meio da Revolução Laranja, de 2004. Em 2011, as negociações foram encerradas para que, em 2012, começasse o processo de assinatura do tratado. Este documento apoiava reformas em áreas fundamentais: no sistema judiciário e administrativo, assim como em cada um dos ministérios, ademais reforma econômica e das forças armadas (GRESSEL, 2016).

A óptica da EU sobre a integração do restante do continente é que o processo fomentaria a “superar décadas de divisão artificial e ajudaria a tornar a Europa completa e livre” (ARCHICK KRISTIN, VICENT, 2014). Dessa forma, a União Europeia avançou sobre a Europa Central e Oriental e a Rússia, como sucessora jurídica da União Soviética, sentiu-se pressionada por perder espaço sobre sua antiga esfera de influência. A cooperação dos membros da União Europeia inclui desde assuntos de política interna (combate à corrupção; acesso ao mercado europeu sem barreiras tarifárias e; a adoção de legislação comercial comum), inclusive temas de cooperação multilateral, como a gestão integrada de fronteiras (CAMPOS; LOBO; AZEVEDO, 2018).

É importante destacar que, embora o pêndulo ucraniano Ocidente-Rússia tivesse sido direcionado para o lado ocidental, quando Yushchenko foi alçado à presidência do país, em 2005, cinco anos depois o pêndulo oscilou de volta para a Rússia. Em 2005, os índices de aprovação popular do governo Yushchenko giraram em torno de 54%; em 2010, retraíram para cerca de 5%. Apesar de sua tendência pró-Moscou, enquanto presidente, Yanukovich seguiu, inicialmente, diretriz de não-alinhamento externo. Mas normalizou as relações com a Rússia — assinando, por exemplo, acordo de concessão de bases navais na Crimeia para a marinha russa e oficializando o uso da língua russa em nível local. Entretanto, por outro lado, buscou ampliar a parceria com a OTAN e estreitar laços com a União Europeia (BLACK; JOHNS, 2016).

A lacuna deixada pelos EUA na Europa, uma vez que focou progressivamente, na Ásia, associada à ascensão de Vladimir Putin ao poder, gerou um cenário favorável, no início do século XXI, para que os russos obtivessem liberdade de ação em sua área de influência (DE OLIVEIRA RODRIGUES, 2022).

Em 2014, Moscou respondeu ao Ocidente de maneira mais dura. A Ucrânia vivia turbulências sociais desde o final de 2013, cujo estopim fora a recusa do Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia. Ao desabonar o referido acordo, optou pelo tratado de assistência econômica oferecido pela Rússia. Com apoio do Ocidente houve manifestações pró-União Europeia em Kíev, capital da Ucrânia, as quais culminaram na destituição do presidente pró-Rússia, Yanukovich (BLACK; JOHNS, 2016).

Nesse contexto, as manifestações foram apoiadas pelo Ocidente (BLACK; JOHNS, 2016). Esta oposição, mobilizou descontentamentos populares mediante controle das mídias de massa, uso de redes sociais e financiamento de organizações não-governamentais norte-americanas. Além disso, a oposição utilizou bandeiras nacionalistas, apresentadas como defesa da democracia, em oposição às oligarquias e à corrupção, entendendo essa mensagem como busca por independência da influência russa.

No final de novembro de 2013, milhares de manifestantes formaram os maiores protestos do país, desde a Revolução Laranja de 2004. Ademais, no início do mês de dezembro, oitocentas mil pessoas ocuparam a Praça *Maidan* (Praça da Independência), em Kíev, pedindo o afastamento do presidente Yanukovich e a

retomada das negociações com a União Europeia. Os manifestantes carregavam cartazes com mensagens pró-Occidente e, como seu símbolo, bandeiras da União Europeia (GRESSEL, 2016).

As manifestações, progressivamente, tornaram-se violentas. A coalizão oposicionista de grupos militantes ultranacionalistas juntou forças para combater as investidas do governo e ocupar espaços públicos em Kíev e outras cidades. Em 22 de janeiro de 2014, ocorreram as duas primeiras mortes. No mês de fevereiro, o conflito atingiu seu clímax, uma vez que manifestantes radicais armados empreenderam investida para tomar o prédio do parlamento em Kíev. O confronto durou três dias e resultou em quase cem mortes. Como consequência da escalada da violência, Alemanha, França, Polônia e Rússia intervieram no conflito e promoveram rodada de negociações entre os dois lados. O resultado das negociações, acertado no dia 21 de fevereiro, determinava novas eleições em maio. Até lá, um governo de unidade nacional seria formado, uma comissão independente investigaria os casos de abuso de autoridade e violência decorrentes dos confrontos entre polícia e manifestantes, forças de segurança e grupos militantes deveriam se retirar e armas ilegalmente obtidas seriam entregues às autoridades competentes protestos (MEARSHEIMER, 2015).

Como resposta, o presidente Putin planejou a intervenção na Ucrânia, pois o Kremlin denunciou a nova liderança ucraniana como ilegítima, no dia 01 de março, o parlamento russo aprovou o pedido de Putin para usar a força e proteger os interesses russos na Ucrânia. Nesse escopo, o interesse principal era a manutenção da base naval de Sebastopol, na Crimeia, a base da frota naval russa do Mar Negro, vital à projeção de poder naval russo para o Mar Mediterrâneo e à defesa do porto de Novorossisk — maior porto comercial da Rússia, localizado em sua costa no Mar Negro (HILLE, 2014).

Esse processo teve como resultado a anexação da península da Crimeia, no sul do país, ao território da Federação Russa, em março de 2014. A anexação ocorreu como resultado de refendo, no qual 97% da população votou a favor da incorporação da Crimeia à Rússia (BLACK; JOHNS, 2016).

Houve premência em defender a base naval de Sebastopol, pois a mudança de regime em Kiev ameaçava interesse vital russo. No ano de 2010, Yanukovich prolongara a concessão do uso do porto de Sebastopol pela frota naval russa até

2042, com possibilidade de extensão até 2047. Todavia, a destituição do presidente e à ascensão de regime pró-ocidente, aumentava a probabilidade de que novo governo revogasse o acordo de 2010. Neste cenário, a frota russa da base de Sebastopol não teria mais respaldo político para se manter na Crimeia. Além disso, estaria aberto o caminho para que a Ucrânia fechasse acordo com a OTAN e assim esta organização poderia utilizar as bases em Sebastopol (HILLE, 2014).

Diante dessa conjuntura, as lideranças russas decidiram por intervir na Crimeia para assegurar os interesses estratégicos nacionais. Assim, ficou mais uma vez evidenciada a importância dada à Ucrânia dentro da política de defesa do Kremlin que empregaria táticas diretas e indiretas para a consecução deste fim.

3.2.3 Os acordos de Minsk

Após os acontecimentos de 2014, que resultaram na anexação da península da Crimeia pelos russos, foi assinado o Protocolo ou o Acordo de Minsk. Ele foi formulado pela Ucrânia, Rússia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e entrou em vigor em junho de 2014, tendo em vista a facilitação do diálogo e a resolução das disputas terrestres no Leste e no Sul da Ucrânia. Ademais, representantes das Repúblicas Populares Separatistas de Donetsk e de Lugansk, confederadas na Federação Russa, estiveram envolvidos, consolidando o acordo em setembro de 2014. Apesar disto, este arranjo não atingiu seu objetivo de cessar grande parte dos combates na Ucrânia Oriental entre os protagonistas, Rússia, Ucrânia e a Comunidade Internacional, notadamente, com a manifestação dos EUA e da União Europeia. O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, expressou sua preocupação e pediu para que o Presidente da Rússia, Vladimir Putin reduzisse as tensões na região (DELLAGNEZZE, 2022).

O acordo de Minsk possuía os seguintes termos:

“1) Assegurar o cessar-fogo imediato por ambos os lados em conflito; 2) Garantir a supervisão e verificação do cessar-fogo pela OSCE; 3) Descentralizar o poder, inclusivamente através da aprovação de uma lei ucraniana sobre a descentralização do poder, nomeadamente através de uma lei sobre o "regime provisório de governação local em certas zonas dos Oblasts (regiões) de Donetsk e Lugansk ” ("Lei sobre o estatuto especial"); 4) Assegurar a monitorização permanente da fronteira Russo-Ucraniana e a sua verificação pela OSCE, através da criação de zonas de

segurança nas regiões fronteiriças entre a Ucrânia e a Federação Russa; 5) A libertação imediata de todos os reféns e de todas as pessoas detidas ilegalmente; 6) Uma lei prevenindo o julgamento e a punição de pessoas implicadas nos eventos que ocorreram nalgumas áreas dos Oblasts de Donetsk e de Lugansk, excetuando em casos de crimes que sejam considerados graves; 7) A continuação de um diálogo nacional inclusivo; 8) A tomada de medidas para melhorar a situação humanitária na região de Donbass, no Leste da Ucrânia; 9) Garantir a realização antecipada de eleições locais, em conformidade com a lei ucraniana (acordada neste protocolo) acerca do "regime provisório de governação local em certas zonas dos Oblasts de Donetsk e de Lugansk" ("Lei sobre o estatuto especial"); 10) Retirada dos grupos armados ilegais, equipamento militar, assim como dos combatentes e dos mercenários pró-governamentais; 11) Aprovação do programa de recuperação económica e de reconstrução da região de Donbass, no Leste da Ucrânia; 12) Garantir a segurança pessoal dos participantes nas negociações.." (DELLAGNEZZE, 2022).

O fracasso do protocolo foi evidenciado pelos combates na Ucrânia Oriental, estimando-se, a morte de 14.000 pessoas, de ambos os lados: separatistas e ucranianos; gerando os seus efeitos em tempos posteriores, e se evidenciando em 2021/2022, entre os protagonistas, Rússia, Ucrânia e a Comunidade Internacional, notadamente, com a manifestação dos EUA e da União Europeia (DELLAGNEZZE, 2022).

Dessa forma, houve crescente choque de interesses entre os Estados Unidos e seus aliados europeus que trabalhavam para tirar a Ucrânia da órbita de influência russa e incorporá-la ao Ocidente (MEARSHEIMER, 2014) e a Estratégia de Segurança Nacional Russa de 2021 que, no seu item 20, determina o fortalecimento dos laços fraternais entre os povos russos e ucranianos.

Esse quadro culminou com a invasão realizada pela Rússia ao território ucraniano, em 24 de fevereiro de 2022. Inicialmente, grande parte dos analistas adotaram cautela e entenderam que aquele momento representava o estopim de um possível conflito entre Estados (DE OLIVEIRA RODRIGUES, 2022).

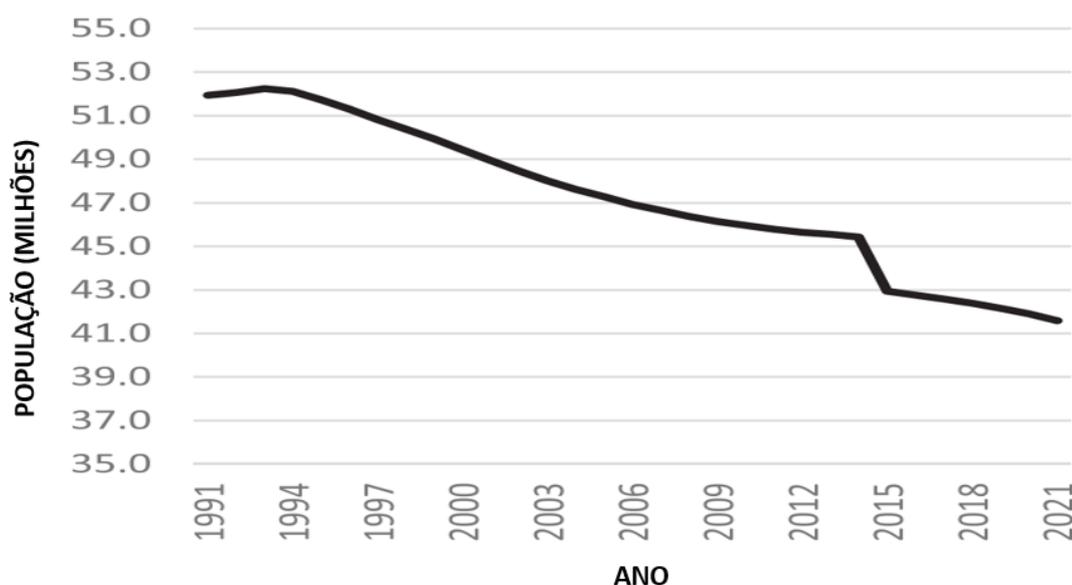
A imprensa em geral, em tom mais midiático, rapidamente cunhou a investida russa pelo termo de guerra, postura que foi seguida por alguns países, como a Alemanha e os EUA, que definiram a agressão russa como guerra, pois entenderam que os russos haviam invadido o território ucraniano e, dessa forma, teriam infringido a soberania de outro país. A Rússia declarou que sua ação era uma operação militar

especial que visava reconhecer a independência das províncias ucranianas de Luhansk e Donetsk, na região do Donbass. A ONU, por sua vez, sem poder fazer nada diante do veto impetrado pela Rússia no Conselho de Segurança Permanente, limitou-se a condenar a Rússia e defendeu que as divergências entre os dois países deveriam ser tratadas pelos canais diplomáticos (DE OLIVEIRA RODRIGUES, 2022).

3.2.4 A situação contemporânea da Ucrânia

A Ucrânia está sofrendo perdas em todos os campos do poder nacional. Neste contexto destaca-se o declínio de sua população, conforme evidencia o Figura 2:

Figura 2 – A população ucraniana de 1991 até 2021



Fonte: KULU *et al.*, 2022

Esse declínio deve se intensificar no futuro conforme afirmam estudos neste escopo. Neste sentido, estima que cerca de 8 milhões de ucranianos deixaram o país em 2022. Além disso, esta pesquisa projetou cenários para as próximas duas décadas e na estimativa otimista o resultado é a redução de mais 16,6% da população nacional e no mais pessimista 40%. Acrescenta-se a este quadro a decadência da natalidade e o envelhecimento da população (KULU *et al.*, 2022).

O outro componente do poder latente da nação é a expressão econômica. Neste quesito a Ucrânia também está fragilizada. De acordo com as estimativas do

Fundo Monetário Internacional a queda do PIB Ucrainiano superou a margem de 30% em 2022. Soma-se a este quadro decandente o endividamento público; que em 2022 foi de 16,68%, e em 2023 cresceu mais 20,45%; a destruição de estruturas críticas, como pontes, fábricas e escolas (IMF, 2022).

Por fim, é difícil precisar as perdas ucranianas; por exemplo baixas de soldados e perda de Material de Emprego Militar (MEM); decorrentes do conflito armado, uma vez que ela ainda está em desenvolvimento. Outrossim, a névoa da guerra que foi estudada por Clausewitz [1832]/(2010) evidenciou a dificuldade de obtenção de informações fidedignas acerca de conflito que está se desenrolando. Entretanto, é inegável que os ucranianos estão suportando significativas perdas em decorrência das disputas com a Rússia.

3.3 OS MARCOS LEGAIS BRASILEIROS ACERCA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DA DEFESA NACIONAL

Conforme citado anteriormente a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece os princípios das RI. Ademais, o Livro Branco de Defesa Nacional é o documento basilar da PND. Este documento atesta que a recomposição do sistema internacional com base na coexistência de várias potências não garante que prevaleçam relações não conflituosas entre Estados e que predominem soluções negociadas de controvérsias, com o emprego preponderante de instrumentos diplomáticos, econômicos e/ou jurídicos. A Defesa e a Diplomacia são importantes vetores para a preservação e o fortalecimento da Soberania Nacional, exigindo coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece salvaguardas imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, são necessários investimentos na construção e na manutenção de capacidades nacionais de defesa que propiciem adequada efetividade. A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País, sendo voltada prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2020).

Os pressupostos básicos da Defesa Nacional são:

“a. preparar as Forças Armadas, mantendo as em permanente estado de prontidão para serem empregadas, a fim de cumprir a sua destinação constitucional e de prover a adequada capacidade de dissuasão; b. buscar a regularidade orçamentária financeira para o Setor de Defesa; c. buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação; d. promover a proteção da Amazônia Brasileira; e. privilegiar a cooperação no âmbito internacional; f. atuar sob a égide de organismos internacionais, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais; g. participar de organismos internacionais; h. participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos; i. defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica; j. apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares; k. repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional; e l. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos” (BRASIL, 2020, p.35).

Em decorrência da análise dos ambientes internacional e nacional e suas projeções, bem como da concepção política, foram estabelecidos os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), os quais devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito da Defesa. São eles:

“OND 1 – Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; OND 2 – Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; OND 3 – Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; OND 4 – Preservar a coesão e unidade nacionais; OND 5 – Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; OND 6 – Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; OND 7 – Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; OND 8 – Incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2020, p.35).

Além disso, Mearsheimer ao ser contestado; em palestra proferida em Ottawa, Canadá, durante evento organizado pelo Centro de Estudos em Políticas

Internacionais, no ano de 2021; acerca de sua perspectiva sobre o Brasil se tornar uma grande potência. Na sua resposta o geopolítico exarou o seguinte parecer:

“Eu penso que somente uma nação no hemisfério ocidental tem o potencial para se tornar uma grande potência, e este país é o Brasil. Ele tem grande população e se algum dia arrumasse sua economia e começasse a crescer se tornaria como os EUA. Vocês devem entender que não é do interesse dos EUA que o Brasil se torne um ator forte e poderoso no continente. Os estadunidenses dificilmente vão dizer isto em público. Quadro análogo ocorre com o Canadá, caso esta nação passasse por acelerado crescimento populacional e começasse a ameaçar a hegemonia americana, os EUA não ficariam felizes. A mesma lógica se aplica ao Brasil, afortunadamente, e eu digo isto como um americano, não parece que no futuro próximo, este cenário poderia se materializar (MEARSHEIMER, 2021, tradução nossa).

Por fim, após expor, brevemente, os pressupostos da PND e os OND é possível correlacioná-los com os pensamentos de Mearsheimer, o qual destaca que o poder militar é imprescindível para a soberania do Estado. Dessa forma, existe forte relação entre o realismo ofensivo e a PND; especialmente, no que tange o pressuposto básico da Defesa Nacional: I. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa; para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos; uma vez que o poder latente do Estado reúne, principalmente, dois fatores: a dimensão populacional do Estado e o seu poderio econômico. Assim, a economia de defesa é fundamental para o fortalecimento do poder nacional brasileiro.

3.4 A ECONOMIA DE DEFESA

O conceito de economia de defesa é tão relevante que nos Livros Brancos de Defesa brasileiros este tema recebe um capítulo exclusivo. Ele é definido como “campo da administração econômica nacional preocupada com os efeitos econômicos dos gastos militares, a administração da economia em tempo de guerra e o gerenciamento dos orçamentos militares em tempo de paz.” (BRASIL, 2021, p. 5).

Além disso, o orçamento de defesa brasileiro em reais, tem variado entre 80 e 100 bilhões de reais. Entretanto menos de 20 bilhões de reais foram empregados

em despesas discricionárias, diminuindo a capacidade de investimento público em economia de defesa (BRASIL, 2020). Este quadro fica claro na Figura 3, a seguir:

Figura 3 – Evolução das despesas primárias do MD de 2010 até 2019.



Fonte: BRASIL, 2020.

Outrossim, o Brasil possui o maior orçamento de defesa da América Latina, destinando \$20.2 bilhões em 2022. Apesar disto, este recurso foi 7,9% menos que em 2021 e 14% menos que 2013. Além disto, entre 2019 e 2022 decresceu 16% (TIAN, *et al* 2023). Este quadro, evidencia a falta de prioridade que a economia de defesa recebe do orçamento federal somado a desvalorização do real perante o dólar que reduz o orçamento brasileiro quando comparado a nível internacional. Além disto, a economia brasileira tem crescido menos que a média de seus vizinhos na América Latina e muito menos que as nações do leste asiático, conforme elucida a Figura 4, abaixo:

Figura 4 - Crescimento do PIB da América Latina e do Leste da Ásia antes e depois da década de 1980.

	1961-1980	1991-2019
América Latina	3,2	1,5
Brasil	4,6	1,2
Leste da Ásia	5,2	5,0
Leste da Ásia (ex-China)	5,7	3,7

Fonte: BRESSER-PEREIRA, 2022.

Vale lembrar que a economia brasileira cresceu pouco, após 1980. A partir deste marco temporal, até 2019, o Brasil teve pior crescimento que a média da América Latina, ademais foi menor que a média das nações do leste da Ásia (Figura

5). Este quadro dificulta a competitividade do investimento em defesa nacional em comparação com o global.

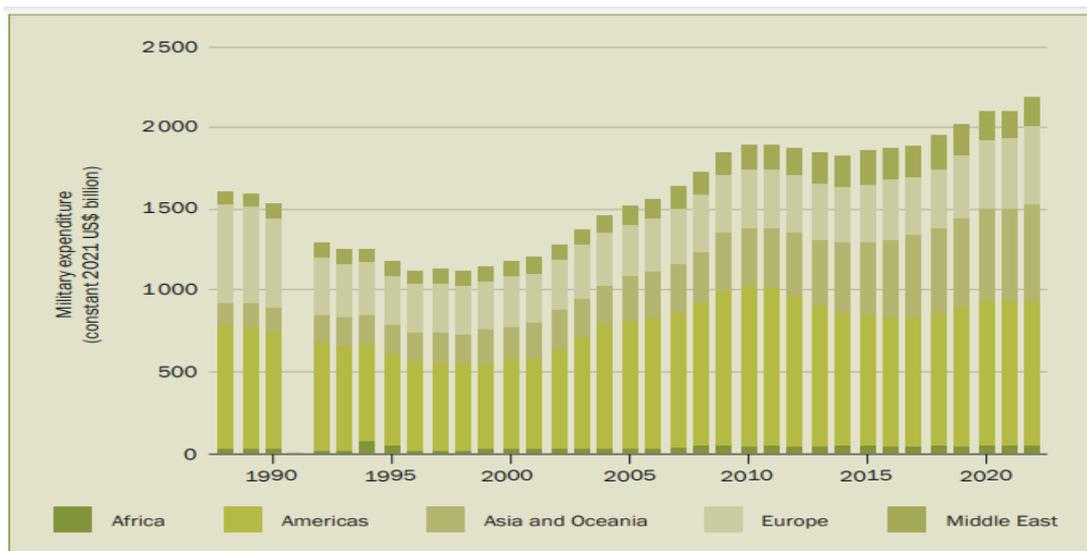
Figura 5 - Comparação do crescimento brasileiro entre as décadas de 2010 e 1970.

	1971-1980	2011-2019
Crescimento do PIB	8,7%	0,71%
Crescimento per capita	6,1%	-0,13%
Poupança pública/PIB	7,8	3,2
Investimento público/PIB	3,5%	1,8%
Investimento privado/PIB	17,6%	17,1%
Investimento total/PIB	21,1%	18,9%
Taxa de produtividade do capital	0,41	0,04

Fonte: BRESSER-PEREIRA, 2022.

Outrossim, observando o cenário econômico brasileiro, conforme exposto na Figura 5, o país evidenciou estagnação na última década. Este contexto repercute na economia de defesa brasileira que está desalinhada com a mundial que possui tendência de crescimento, conforme evidencia a Figura 6, abaixo:

Figura 6: Gasto mundial em economia de defesa por região entre 1988 e 2022.



Fonte: TIAN, *et al* 2023.

Nesse diapasão, o mundo está em crescente fortalecimento do poder militar, mais que duplicando seus gastos no setor no século XXI. Por outro lado, o Brasil

está no caminho oposto e reduz seus gastos quando analisados sob o referencial do dólar, parâmetro monetário mais empregado em estudos internacionais.

Segundo exposto por (AVILA, 2017, p.7): “*Apenas com um crescimento econômico robusto seria possível ter uma estrutura de defesa forte*”. Dessa forma, é necessário que o Brasil reverta este quadro de estagnação econômica para que possa melhorar de forma sustentável seu poder militar.

Além disso, a Base Industrial de Defesa (BID), congregando empresas estatais e privadas, civis e militares, voltada ao desenvolvimento de Produtos Estratégicos de Defesa (PED), enfrenta desafios constantes, a exemplo da irregularidade na alocação de recursos orçamentários destinados às Forças Armadas. Nesse contexto, a superação desses óbices demanda, sobretudo, uma maior regularidade e previsibilidade do poder de compra governamental, especialmente, no que tange às necessidades das FA. Ademais, é necessário, também, discutir temas como a qualificação e a retenção de capital humano, bem como o aprimoramento de regimes especiais que permitam ampliar a competitividade da BID. Ao Exército Brasileiro, em particular, interessa conciliar as suas necessidades e demandas com as capacidades da BID. Nesse sentido, deve-se destacar a importância do desenvolvimento de novas tecnologias com base na Tríplice Hélice, evidenciada pela relação entre a Defesa, a Indústria e a Academia (AVILA, 2017).

Além disso, podemos verificar que o Brasil é a 16ª nação no ranking de orçamento de defesa (Figura 7). Assim, se afastando do elenco das grandes potências militares. Nesse diapasão, é relevante abordar o desenvolvimento da indústria nacional, a fim de melhor compreensão da economia de defesa.

Figura 7: Ranking mundial do orçamento de defesa.

Rank		Country	Spending (\$ b.), 2022	Change (%)		Spending as a share of GDP (%) ^b		World share (%), 2022
2022	2021 ^a			2021-22	2013-22	2022	2013	
1	1	United States	877	0.7	2.7	3.5	4.0	39
2	2	China	[292]	4.2	63	[1.6]	[1.7]	[13]
3	5	Russia	[86.4]	9.2	15	[4.1]	[3.9]	[3.9]
4	3	India	81.4	6.0	47	2.4	2.5	3.6
5	8	Saudi Arabia	[75.0]	16	-2.7	[7.4]	[9.0]	[3.3]
Subtotal top 5			1 412	63
6	4	United Kingdom	68.5	3.7	9.7	2.2	2.3	3.1
7	7	Germany	55.8	2.3	33	1.4	1.2	2.5
8	6	France	53.6	0.6	15	1.9	1.8	2.4
9	10	South Korea	46.4	-2.5	37	2.7	2.1	2.1
10	9	Japan	46.0	5.9	18	1.1	0.9	2.1
Subtotal top 10			1 682	75
11	36	Ukraine	44.0	640	1 661	[34]	1.6	2.0
12	11	Italy	33.5	-4.5	24	1.7	1.4	1.5
13	12	Australia	32.3	0.3	47	1.9	1.6	1.4
14	13	Canada	26.9	3.0	49	1.2	1.0	1.2
15	14	Israel	23.4	-4.2	26	4.5	5.5	1.0
Subtotal top 15			1 842	82
16	15	Spain	20.3	7.3	28	1.5	1.3	0.9
17	16	Brazil	20.2	-7.9	-14	1.1	1.3	0.9
18	18	Poland	16.6	11	95	2.4	1.8	0.7
19	19	Netherlands	15.6	12	53	1.6	1.2	0.7
20	22	Qatar	15.4	27	..	7.0	..	0.7
21	20	Taiwan	12.5	0.4	14	1.6	1.9	0.6
22	23	Singapore	11.7	2.8	26	2.8	3.0	0.5
23	17	Türkiye	10.6	-26	15	1.2	1.9	0.5
24	21	Pakistan	10.3	-2.0	46	2.6	3.5	0.5
25	24	Colombia	9.9	1.1	20	3.1	3.3	0.4
26	25	Algeria	9.1	-3.7	3.9	4.8	4.8	0.4
27	27	Indonesia	9.0	1.3	8.6	0.7	0.9	0.4
28	28	Mexico	8.5	-9.7	39	0.6	0.5	0.4
29	29	Norway	8.4	6.2	46	1.6	1.4	0.4
30	26	Kuwait	8.2	-11	25	4.5	3.3	0.4
31	30	Greece	8.1	0.6	69	3.7	2.4	0.4
32	31	Sweden	7.7	12	57	1.3	1.1	0.3
33	33	Belgium	6.9	13	34	1.2	1.0	0.3
34	39	Iran	6.8	4.6	27	2.6	2.2	0.3
35	34	Switzerland	6.1	0.4	22	0.8	0.7	0.3
36	37	Oman	5.8	-3.0	-39	5.2	9.7	0.3
37	32	Thailand	5.7	-11	0.0	1.2	1.4	0.3
38	35	Chile	5.6	-6.2	21	1.8	2.0	0.2
39	42	Denmark	5.5	8.8	43	1.4	1.2	0.2
40	41	Romania	5.2	-2.6	124	1.7	1.3	0.2
Subtotal top 40			2 092	93
World			2 240	3.7	19	2.2	2.3	100

Fonte: TIAN, *et al* 2023

3.4.1 Desenvolvimento da indústria bélica nacional

A tecnologia bélica é marcada por preços de mercado elevados, pois tem características monopolísticas que se fortalecem por sistema de patentes. Este quadro se consolidou uma vez que o proprietário da tecnologia é protegido por monopólio legal (FONSECA, 2000).

Além disso, o comércio de tecnologia militar é pautado pela assimetria que, normalmente, se verifica quanto aos participantes no processo. Este contexto se materializa, de forma mais evidente quando o vendedor pertence a um país desenvolvido e o comprador, não. O exportador, neste caso, é invariavelmente um especialista que possui experiência e melhores condições de informação. O comprador, por outro lado, é geralmente uma empresa ou instituição relativamente

modesta, que não dispõe daquelas condições verificadas ou, invariavelmente, não detém o “*savoir faire*” (LONGO, 1977, p. 34).

Além desses aspectos, o custo marginal da tecnologia para o fornecedor é baixíssimo, haja vista sua utilização e amortização no mercado interno, ao contrário do caso do comprador, porque este custo eleva-se consideravelmente ao optar por produzi-la em vez de importá-la. Diante disto, o comprador fica com uma baixa capacidade de barganha, resultando na compra a altos preços e na aceitação de inúmeras restrições impostas pelo fornecedor (FONSECA, 2000).

Desta forma, entende-se que existem dois patamares de indústria bélica: o primeiro de tecnologia parcialmente difundida, que funciona de maneira similar aos outros mercados; por outro lado o segundo nível engloba produtos que envolvem segredos, e cujo acesso deve ser limitado para os inimigos. Por isso, a baixa capacidade de negociação deixa de ser fenômeno exclusivo do mercado e passa também a ocorrer em função do segredo tecnológico que é essencial ao mercado de armamento (FONSECA, 2000).

Normalmente, quando são divulgadas compras de tecnologia do setor bélico no exterior e apontadas suas vantagens, são omitidas as cláusulas restritivas, pois estas são altamente prejudiciais à própria empresa nacional e ao setor industrial como um todo. As três mais importantes são: 1) proibição ou limitação de exportações e vendas dos produtos elaborados para determinados países; 2) obrigatoriedade de informar ao cedente sobre qualquer melhoria introduzida na tecnologia comprada; 3) obrigatoriedade de utilização de matéria-prima, bens intermediários, máquinas e equipamentos fornecidos pelo vendedor (LONGO, 1977, p. 35; MENDES, 1979, p. 15).

Desse modo, a compra de tecnologia sob a forma de pacote agregado reforça a dependência externa ao desencorajar as indústrias brasileiras de bens de capital, simultaneamente, aumenta o gasto com a importação de conhecimentos, serviços e componentes que poderiam ser produzidos no país. Desta forma, como explica Rodrigues (1991, p. 218): “...os militares brasileiros trabalharam procurando alcançar a capacitação técnica e científica junto com a capacitação industrial...”. No entanto, considerando esta união ser condição indispensável para a formação da indústria bélica, e conseqüentemente para a disseminação do *spin-off*, o segundo elemento

da mesma era incipiente; logo, tentou-se resolver o problema através da engenharia reversa e da potencialização.

A Engesa, por exemplo, partiu da área de projetos e fabricação de peças e componentes para a prospecção de petróleo, passando depois para a produção de caminhões para terreno acidentado, onde, entre outros, a Petrobrás, a Cargill e a própria Marinha foram seus primeiros clientes. Somente mais tarde, com o sucesso do carro de combate Cascavel, principalmente no Oriente Médio, a Engesa entraria no segmento de eletrônica, com a compra da Bardella e uma unidade da empresa norte-americana Phillips (FONSECA, 2000).

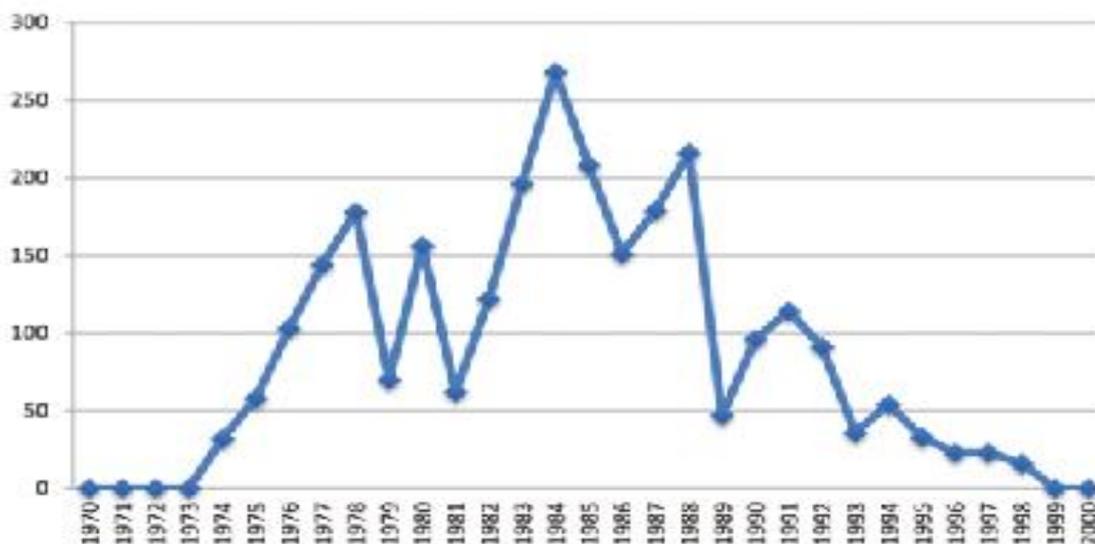
Outro exemplo, a empresa Bernardini que além de fabricar cofres passou a produzir torres para carros de combate e suspensões. Com efeito, a Bernardini partiu de suas experiências na fabricação de fogões para a produção de cofres, e, no final dos anos 70, já repotencializava carros de combate advindos da Europa e dos EUA. A partir da experiência do manuseio do aço, metalurgia e mecânica, a Bernardini não teve grandes dificuldades para sua conversão bélica, devido à grande proximidade em que se encontrava com as necessidades das Forças Armadas brasileiras. Já a empresa Avibrás, com sua experiência na produção de aeronaves civis, detinha um conhecimento de vanguarda nas áreas de mecânica de precisão, metalurgia e sistemas de propulsão; também não teve dificuldades em se orientar na produção de mísseis e peças de artilharia (RODRIGUES, 1991).

A mobilização industrial é processo contínuo e planejado para um possível conflito, no qual, a partir de um tecido industrial bélico formado, algumas empresas teriam condições de, rapidamente, abastecer de artefatos bélicos as Forças Armadas.

A forma como ocorreu o desenvolvimento da tecnologia bélica — a aprendizagem — revela a necessidade do *spin-off* no Brasil. Por conta da inexistência de uma prévia capacitação industrial bélica, a tecnologia desenvolvida internamente começou a partir da engenharia reversa (*learning by doing*) e da repotencialização (*learning by using*) para adquirir capacitação industrial e posteriormente inovar. Este processo foi marcado por tentativas e erros; ademais projetou o país no início dos anos 80 como um dos principais produtores de armamento do mundo.

Este quadro é agravado pela fragilidade da indústria de defesa brasileira, uma vez que ela apresenta grande volatilidade histórica em suas exportações, dificultando o seu desenvolvimento, conforme explicitado na Figura 8, a seguir.

Figura 8 - Exportações brasileiras de armamentos (1970-2000) (Em US\$ milhões – valores de 1990)



Fonte: ANDRADE, 2016.

“O enfraquecimento da indústria militar brasileira nos anos 1990 foi o resultado de uma conjunção de fatores que podem ser sintetizados em três pontos: 1) a indústria bélica brasileira era excessivamente dependente do mercado externo, o qual é bastante instável; 2) as importações de armamentos tiveram forte redução em todo o mundo após o fim da Guerra Fria; e 3) neste cenário de desaquecimento do mercado mundial de armamentos, o governo brasileiro não adotou políticas que garantissem a sustentabilidade econômica das empresas” (MORAES, 2012, p.32).

Ademais, nota-se que as crises internacionais que ocorreram desde o final da segunda metade da década de 70 provocaram a desarticulação do processo de mobilização industrial. Assim, a partir dos anos 80, o Estado brasileiro não conseguiu orientar uma política de desenvolvimento industrial através do sistema de cooperação bélico-civil, fragilizando o tecido industrial de defesa, com a falta de fundos para a Pesquisa e Desenvolvimento (PeD), este aporte de capital não pode ser pensado separadamente do desenvolvimento industrial bélico. Outrossim, o desenvolvimento da indústria de defesa depende diretamente do fortalecimento de política de desenvolvimento industrial que tenha como base a cooperação industrial

que permite a aproximação entre a indústria bélica, a indústria civil e a interligação da PeD das indústrias envolvidas na dinâmica (FONSECA, 2000).

Vale destacar que o governo brasileiro tenta reverter o quadro de descaso com sua indústria de defesa, conforme a Figura 9 evidencia.

Figura 9 – Evolução das Exportações brasileiras de 2011 até 2021.



Fonte: BRASIL, 2021.

Todavia, este fomento ainda necessita de aprimoramento para ter o efeito necessário para elevar o poder militar brasileiro ao nível da cobiça internacional. Nesse contexto, é também relevante abordar o tema da geoeconomia.

3.4.2 Geoeconomia

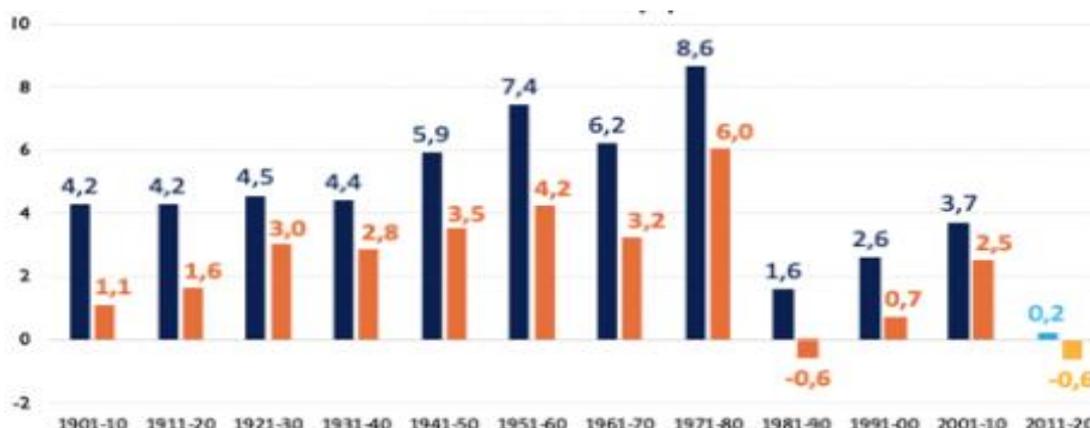
“Geoeconomia [...] o melhor termo que eu posso imaginar para descrever a mistura da lógica de conflito com os métodos do comércio — ou, como teria dito Clausewitz, a lógica da guerra na gramática do comércio” (LUTTWARK, 1990, pg 19).

Para Harris (2016) a geoeconomia é o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas das demais nações sobre os objetivos geopolíticos de um país. Nesse escopo, o Brasil é campo aberto para ação das grandes potências, haja vista as imensas fragilidades econômicas que possui.

Ademais, existe grande relação entre poder econômico e geopolítica. Desse modo, três dimensões específicas são relevantes para essa consideração: o desempenho macroeconômico de uma nação; a política econômica internacional; e os instrumentos econômicos empregados na busca de fins geopolíticos (HARRIS, 2016).

Paul Kennedy (1987) conclui que uma grande potência precisa de uma “próspera base econômica”. Neste escopo, o Brasil está em posição de fragilidade em decorrência da estagnação de sua economia desde a década de 1980, conforme evidencia a Figura 10, uma vez que apresenta crescimento baixos e negativos tanto em níveis gerais quanto *per capita*. Assim, é necessária preocupação redobrada, pois a despeito das evoluções tecnológicas o Brasil tem dificuldade em aumentar sua produtividade.

Figura 10 – Taxas médias reais de crescimento do PIB e PIB per capita por década no Brasil.

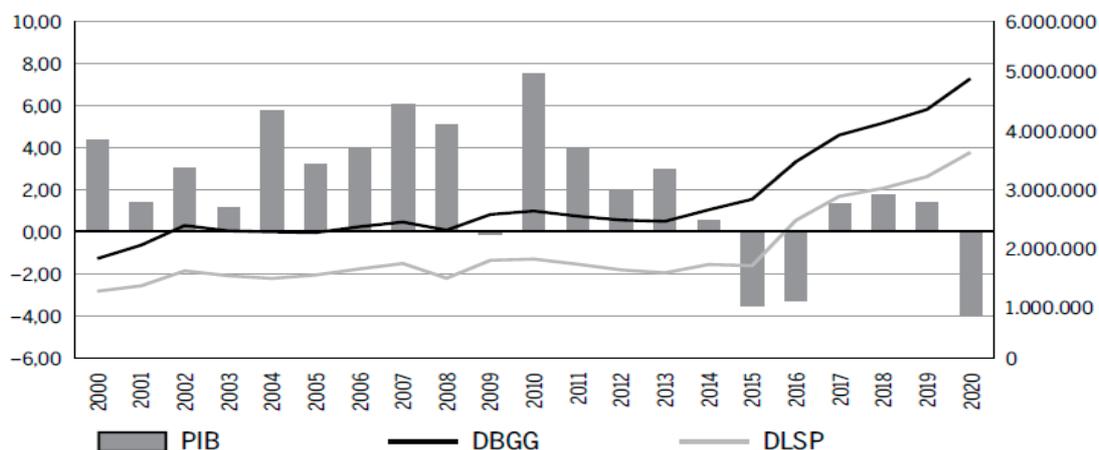


Fonte: BALASSIANO; CONSIDERA, 2020.

Além disso, o endividamento público brasileiro está descontrolado, conforme observa-se na Figura 11, especialmente após 2014, e este cenário está se agravando, uma vez que a dívida se aproxima dos 7 trilhões de reais em 2023 (MÁXIMO, 2023). Vale ressaltar que os três dos últimos Chefes da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA; cargo similar ao Chefe do Estado-Maior de Defesa, no Brasil; expressaram preocupação sobre essas questões. O Alte Esq Mike Mullen declarou que a “dívida nacional é a maior ameaça à nossa segurança nacional”; o Gen Ex Martin Dempsey observou o surgimento de questões econômicas como uma importante preocupação e, possivelmente, um foco de sua gestão na Junta de Chefes; e o Alte Esq Joseph Dunford expressou sua preocupação sobre o impacto

de futuras dinâmicas orçamentárias sobre os recursos para a defesa (BASSET, 2017).

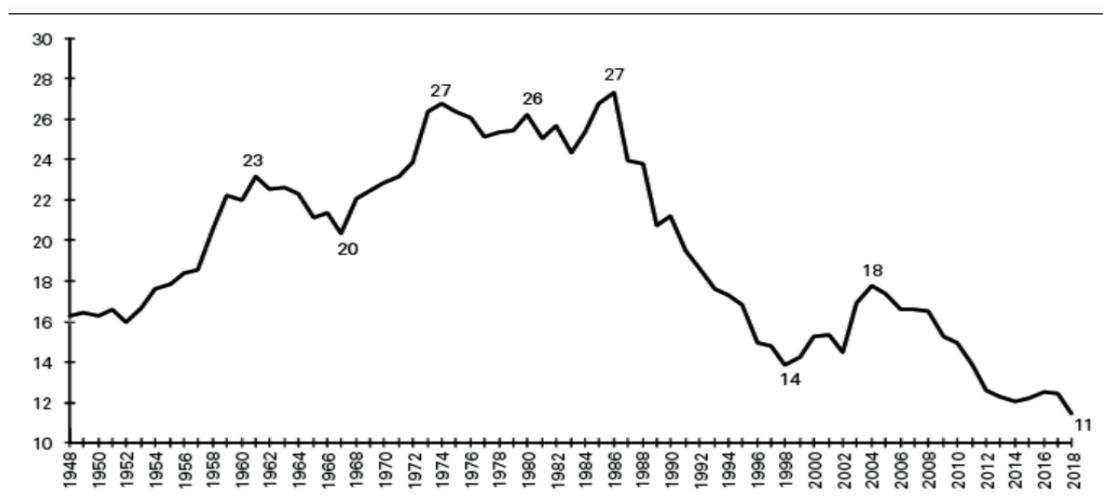
Figura 11 – Crescimento do PIB entre 2001 e 2020 e dívida pública e dívida líquida da União.



Fonte: NETO; SILVA, 2023.

Vale salientar que o Brasil apresenta redução da participação de setor secundário na economia, conforme explicita a Figura 12. Este diapasão torna o país dependente do mercado internacional, além de dificultar a produção de bens de maior valor agregado, ademais dificulta o crescimento do PIB, especialmente o *per capita*. Dessa forma, caso este cenário não se reverta, o Brasil continuará em estagnação econômica.

Figura 12 - Indústria de transformação no Brasil, 1948 - 2018 (% do PIB)



Fonte: MORCEIRO; GUILHOTO, 2023.

Outro aspecto relevante é a interdependência cada vez maior das economias nacionais por meio da globalização que gera diferentes graus de dependência e vulnerabilidade. Segundo Joseph Nye (2011), a manipulação das assimetrias da interdependência é uma importante dimensão do poder econômico. Todos esses fatores atuam juntos para fazer com que os Estados fiquem mais propensos a empregar instrumentos econômicos de poder como primeira opção.

Dessa forma, o Brasil está se fragilizando tanto pela sua decadência de produção industrial, quanto pela retração de sua indústria de defesa. Este quadro diminui o poder latente nacional e fragiliza o país a ações geoeconômicas, diminuindo o seu poder dissuasório.

“Caso se queira entender muitos dos acontecimentos estratégicos mais importantes que o mundo enfrentará nas próximas décadas, será preciso dedicar um tempo razoável para pensar no que está ocorrendo na economia internacional” (THIRLWELL, 2010, p.4, tradução nossa).

Em um sentido mais amplo, o poder econômico e os instrumentos geoeconômicos reforçam a segurança nacional de um país ao contribuírem para uma forte economia, possibilitando uma eficaz política econômica internacional e — retomando o foco dos autores, a terceira dimensão da geoeconomia — a aplicação da política (*statecraft*) econômica à consecução de objetivos geopolíticos (TROXELL, 2018).

Exemplo de grande potência que emprega a geoeconomia com eficiência atualmente é a China, aumentando seu poder em áreas estratégicas como a segurança energética mundialmente, inclusive no Brasil, conforme exposto pela citação abaixo:

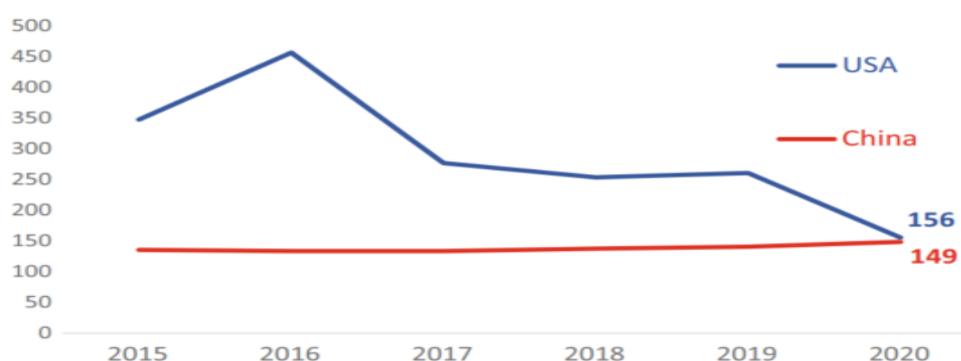
“...o incremento das relações comerciais entre China e Brasil e, mais recentemente, a ampliação do estoque dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) chineses, devem ser considerados como elementos dessa grande estratégia. Em particular, os IEDs daquele país no nosso território se concentram em grande medida no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Dentre os 202 projetos confirmados de 2007 a 2021, cerca de 33,7% estão no setor de energia elétrica e correspondem a aproximadamente metade – 40,5% – de todo valor investido no Brasil. Cabe ainda destacar a expressiva predominância dos investimentos de tipo

fusões e aquisições no setor em relação aos investimentos de tipo *Greenfield*. A investigação dos relatórios disponíveis sobre o IED chinês no Brasil, mais precisamente no setor de energia elétrica, aponta a predileção das empresas chinesas pelas aquisições de Usinas Hidrelétricas (UHE), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Linhas de Transmissão (LT).” (OURIQUES; ERSINA, 2023, p.14)

A maioria dos IED se baseia em decisões movidas pelo mercado e, assim, sua principal consideração geopolítica é a estabilidade do mercado em que estão entrando. Contudo, o aparecimento de grandes e cada vez maiores empresas estatais, fundos soberanos e bancos estatais internacionalmente ativos começou a afastar do “campo de jogo” os processos decisórios puramente baseados nos fundamentos de mercado. Ademais, as “empresas estatais são muito mais politicamente maleáveis do que a maioria das firmas privadas”, e motivações geopolíticas também podem ser operantes em certos fundos soberanos (HARRIS, 2016).

Os principais investimentos chineses no Brasil são nos setores de agricultura e energia, entre 2007 e 2020. Além disso, o Brasil recebe aproximadamente cinquenta por cento do investimento chinês na América Latina (NEVES; CARIELLO, 2022). Ressalta-se a iniciativa chinesa da nova rota da seda, a *one belt, one road initiative*, que está intensificando a participação chinesa em infraestruturas estratégicas mundialmente. Neste contexto, se mantiver o aumento de sua influência na América Latina a China deve superar os EUA como líder econômico regional, conforme expõe a Figura 13.

Figura 13 - Entradas de IED da China e dos Estados Unidos na América Latina.



Fonte: NEVES; CARIELLO, 2022.

Outrossim, de acordo com o observado em relação à Rússia que foi alvo sanções econômicas por parte dos países ocidentais, especialmente após a invasão da Ucrânia em 2023. Este tipo de medida representa o próximo passo na evolução de regimes de sanções; destinam-se a restringir o acesso ao sistema bancário global e aos mercados de capitais internacionais (ROSEMBERG *et al.*, 2016).

Após o 11 de Setembro, os EUA conduziram um esforço concentrado para perseguir os financiadores do terrorismo e acabaram convencendo a Sociedade de Telecomunicações, Financeiras e Interbancárias Mundiais (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications — SWIFT*) — que é um órgão centralizador de mensagens que detém praticamente um monopólio, na qualidade de quadro de distribuição do sistema financeiro internacional — a cooperar. Conforme observa Juan Zarate, em seu livro, *Treasury's War*, a SWIFT e a onipresença do dólar norte-americano nos mercados internacionais tornaram-se a “base de nossa capacidade para conduzir a guerra financeira de maneira mais ampla” (ZARATE, 2013).

Nesse contexto, a força das sanções financeiras baseada na onipresença do dólar norte-americano, a eficácia de políticas financeiras e monetárias como uma ferramenta da geoeconomia depende, em grande medida, do papel da moeda do país no sistema monetário internacional. Além disto, as guerras cambiais são travadas entre bancos centrais, pela manipulação de suas moedas em busca da vantagem competitiva ou pela condução de políticas monetárias internas não convencionais mediante a implementação de programas de flexibilização quantitativa. Outra possibilidade é que um banco central, ao discutir o fim da flexibilização quantitativa, leve as taxas de juros dos mercados emergentes a aumentar, resultando em problemas de rolagem da dívida (TROXELL, 2018).

No processo de fragilização ucraniana ocorreu semelhante cadeia de acontecimentos, precedendo o colapso do governo de Yanukovich, em 2014. Dessa forma, resultou na mais grave crise geopolítica da Europa desde o fim da Guerra Fria (BENN, 2014).

Por outro lado, a Rússia planejou a suspensão do fornecimento de gás natural várias vezes no início deste século. Contudo, apesar de muitas disputas geopolíticas que possam parecer fortes candidatas a ações geoeconômicas, o poderoso e globalmente integrado mercado energético, alimentado por mais ofertas graças à

contínua marcha da tecnologia e inovação, parece ter dado a primazia às leis do mercado (YERGIN, 2010).

Segundo Harris (2016), há quatro características estruturais, ou atributos geoeconômicos, que determinam a eficácia e o grau de influência econômica que os países podem obter por meio de instrumentos geoeconômicos. A primeira característica é a capacidade de controlar investimentos no exterior. Os países com grandes setores estatais (isto é, empresas estatais, fundos soberanos e bancos estatais) têm uma distinta vantagem. A segunda, é o tamanho e a capacidade de controlar o acesso ao seu mercado interno. Todas as empresas querem ter sucesso nos maiores mercados consumidores, estando, frequentemente, prontas a fazer de tudo para atender a exigências governamentais, como transferências de tecnologia, empreendimentos conjuntos e o estabelecimento de centros locais de pesquisa e desenvolvimento. A terceira, é a influência sobre fluxos de produtos básicos e energia, e a quarta é a projeção global da moeda de um país. Conforme será demonstrado, a China tem algumas importantes vantagens na esfera geoeconômica, mas talvez não seja tão predominante.

Os conflitos desta era provavelmente serão travados com mercados, e não apenas com forças armadas, e nas salas de diretoria, e não apenas nos campos de batalha. A geopolítica hoje é um jogo que se joga melhor com armas financeiras e comerciais (ZARATE, 2013).

Para concluir este subcapítulo, julgo relevantes duas reflexões de Harris (2016, p.221 e p.226):

“O poder nacional depende, sobretudo, do desempenho da economia interna local e da capacidade de mobilizar seus recursos” e “Nada seria melhor para promover os interesses geoeconômicos e o futuro estratégico dos EUA do que o forte crescimento econômico do país”

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível elencar relevantes oportunidades de melhorias relacionadas com a PND do Brasil. Os subsídios para tais conhecimentos foram obtidos após a compreensão do conflito da Ucrânia na perspectiva do realismo ofensivo, a descrição das principais fragilidades da PND brasileira sob a ótica do realismo ofensivo, e a apreciação destas vulnerabilidades sob o prisma do realismo ofensivo de Mearsheimer; tudo isto no atual contexto geopolítico mundial.

A seguir, serão descritos os ensinamentos mais significativos deste estudo.

a. A Ucrânia, após o memorando de Budapeste de 1994, reduziu o seu poder militar e garantiu maior liberdade de ação para que a Rússia efetuasse ações diretas no território ucraniano. Assim como a Ucrânia, o Brasil, voluntariamente, abdicou do desenvolvimento e emprego de armas de destruição em massa em sua PND. O idealismo de nossa constituição e documentos de Defesa colocou o Brasil em situação de fragilidade análoga à Ucrânia, uma vez que caso uma grande potência decida invadir o país, esta poderá fazê-lo sem constrangimento de retaliação nuclear. Dessa forma, é relevante que os políticos brasileiros fomentem o fortalecimento dos demais componentes do poder militar, obtendo capacidade dissuasório compatível às ameaças.

b. Após a dissolução da URSS, a Rússia estava fraca e foi incapaz de tomar medidas para impedir a expansão da OTAN no leste europeu. Isto ocorreu uma vez que, perante uma nação débil, as grandes potências tomam vantagem deste quadro para aumentar seu poder. Assim, os líderes da OTAN, contrariando promessas feitas aos líderes soviéticos, evidenciaram a premissa do realismo ofensivo que Estados são racionais e aumentam seu poder em detrimento dos interesses de atores mais fracos.

Ainda nessa alínea, o Brasil realizou de forma eficaz sua política externa com viés cooperativo, um exemplo deste sucesso foi lograr ser o país que foi mais vezes eleito para ocupar a cadeira rotativa do conselho de segurança da ONU. Todavia, não obteve êxito em expandir seu poder pelo globo de forma análoga no tocante a sua influência econômica e militar, haja vista a retração da indústria nacional (Figura 11), a deterioração de seu crescimento econômico (Figura 9), a perda de posições

no ranking econômico global, e a retração na exportação dos Produtos de Defesa (PRODE) (Figura 8).

Outrossim, o poder latente brasileiro apresenta dificuldades em seu fortalecimento, a partir da década de 80 (Figura 9). Nesse contexto, o Brasil interrompeu seu processo de crescimento econômico e foi incapaz de reverter este cenário de estagnação. Este é ponto fulcral, pois o setor secundário (Figura 11) reduz sua participação no PIB, inviabilizando a produção de bens de alto valor agregado e o desenvolvimento da economia de defesa.

Com relação à economia de defesa, as exportações de PRODE brasileiras estão em níveis baixos, uma vez que correspondem a pequena fração da receita de empresas internacionais do setor defesa, como a *Lockheed Martin Corporation* que teve em 2022 receita anual superando os 65 bilhões de dólares. Dessa forma, o orçamento brasileiro de defesa é incapaz de competir com a pujança do setor privado internacional, assim como as indústrias privadas brasileiras enfrentaram grandes dificuldades em seu desenvolvimento, um exemplo foi o caso da falência da empresa ENGESA, impedindo que atingissem destaque no escopo mundial.

Ademais, a desvalorização do real impacta negativamente o orçamento de defesa, haja vista a redução de 16% nos últimos quatro anos, apesar do nominal em reais do orçamento não ter sofrido alteração desta magnitude. Para isto, são necessários estudos focados neste detalhe. Dessa forma, a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico são fundamentais para o fortalecimento do poder latente brasileiro.

c. Além disso, a expansão da União Europeia ocorreu diminuindo a esfera da influência russa. Neste contexto, Brasil pode sofrer a redução de seu poder pela ação de grandes potências, como a iniciativa chinesa de expandir sua influência, especialmente sob a bandeira econômica pelo entorno estratégico brasileiro, a exemplo da *one belt, one road initiative*. Desse modo, são relevantes estudos para verificarem as consequências para o Brasil de ações dessa natureza.

d. A Rússia foi alvo de medidas geoeconômicas e ações indiretas perpetradas pelos países ocidentais, sob a liderança dos EUA. Essas operações variaram desde o congelamento de ativos financeiros, a retirada do sistema SWIFT, até a estratégia das três vertentes exposta por Mearsheimer.

Dessa maneira, caso alguma grande potência se sinta ameaçada pelo Brasil, ela provavelmente intensificará suas medidas para conter a ascensão brasileira; desde movimentos geoeconômicas até táticas diretas e indiretas. Logo, o Brasil necessita desenvolver formas de dissuasão convencional e ser assertivo em sua política externa, atentando para não ameaçar os EUA, potência hegemônica regional.

e. As grandes potências empregaram táticas indiretas para aquisição de poder na Ucrânia. Esse contexto gerou instabilidade nacional, agravadas por revoluções e que culminaram com o uso da guerra pela Rússia para obtenção de poder. Dessa forma, os líderes ucranianos foram imprudentes e avaliaram de forma incorreta o cenário geopolítico. Assim, vem reduzindo seu poder latente, tanto no tocante ao componente populacional quanto ao aspecto econômico, desde sua independência da URSS.

Nesse diapasão, os líderes brasileiros devem redobrar sua atenção aos movimentos geopolíticos internacionais para que não coloquem o país numa situação de vulnerabilidade similar à ucraniana.

f. A Ucrânia foi empregada pelos EUA para conter a Rússia por meio da atribuição de responsabilidade (*buck-passing*), colocando nos ucranianos o maior fardo no esforço para enfraquecer a Rússia.

Nesse sentido, os líderes políticos brasileiros devem estar atentos para não serem manipulados por outras grandes potências exteriores, como a China, numa possível atribuição de responsabilidade de enfrentar os EUA, ou vice-versa, tendo em vista a crescente dependência que o Brasil está desenvolvendo em relação à China. Desse modo, são necessários estudos constantes para analisar a evolução de cenários e as consequências dos posicionamentos nacionais, a fim de prevenir ações que venham a diminuir o poder nacional brasileiro.

Ademais, a política brasileira pode envidar esforços para fortalecer sua posição no seu entorno estratégico; constituído pela América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártica; potencializando o efeito de adesão, assim dificultando a expansão do poder de grandes potências estrangeiras nessa área de interesse brasileiro. A exemplo da China que incrementa, paulatinamente, sua influência sobre setores estratégicos na América Latina.

g. Com relação aos cinco principais pressupostos do realismo ofensivo que são: os Estados são os atores principais das RI; todos os Estados têm capacidade ofensiva militar; existe a incerteza sobre as intenções dos outros Estados; o principal papel do Estado é a sobrevivência; e os Estados são atores racionais. Os decisores brasileiros devem estar atentos a estes preceitos e não somente a visão idealista. Assim, serão capazes de formularem políticas factíveis e perenes.

h. A guerra da Ucrânia demonstrou que os organismos internacionais são ineficientes em conter as ações diretas de grandes potências. Assim, o Brasil, em certas situações, só poderá confiar em suas capacidades para preservar seus interesses nacionais.

Outrossim, destaca-se a relevância que merece ser destinada ao pressuposto básico da Defesa Nacional: I. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa; para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos. Dessa forma, o Brasil poderá estar em condições de desenvolver sua economia e ocupar lugar de destaque entre as grandes potências, repelindo as ameaças que se intensificarão com o fortalecimento brasileiro.

Por fim, é importante salientar as limitações deste trabalho, uma vez que se trata de estudo local e específico de conflito apresenta imprecisão e a generalização dos resultados. Além disso, a situação em foco ainda está sem desfecho. Este quadro, gera inexatidão nas informações coletadas.

Cabe ressaltar que uma premissa deste estudo é que a realidade do Brasil é diferente dos Estados que participam do conflito, tanto em possibilidades de emprego e arcabouço legal, quanto em material; portanto, nem tudo que foi abordado com relação à Guerra da Ucrânia deve ser considerado válido para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. L. D. As lições conflito russo-ucraniano para a Base Industrial de Defesa no Brasil. **Observatório Militar da Praia Vermelha**, ECEME: Rio de Janeiro. 2022.

AMÉRICA, Estados Unidos da América. **A National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. Divisão de Tecnologia Informações, Comunicação e Sistemas, 1995. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/doctrine/research/nss.pdf>. Acesso em: 09 Setembro 2023.

AMÉRICA, Estados Unidos da América. **NATO expansion what Gorbachev heard western leaders**. NSArchive, 2023. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/russia-programs/2017-12-12/nato-expansion-what-gorbachev-heard-western-leaders-early>. Acesso em: 09 setembro 2023.

ANDRADE, I. D. O. **Base Industrial de defesa**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9629/1/Base%20industrial%20de%20defesa.pdf>. Acesso em: 30 setembro 2023.

APARECIDO, J. M.; AGUILAR, S. L. C. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Série Conflitos Internacionais, **Observatório de Conflitos Internacionais – OCI**, v. 9, n. 1, fev. 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.-2022.pdf>. Acesso em: 10 setembro 2023.

ARCHICK KRISTIN, A. V. M; VINCENT, L. M. **European Union Enlargement**. Congressional Research Service. crsreports. ISSN RS21344. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RS/RS21344/27>. Acesso em: 09 Setembro 2023.

AVILA, G. V. Economia e Base Industrial de Defesa. **Centro de Estudo Estratégicos do Exército**, v.6, n.4, p.27-34, set/ nov 2017. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

BALASSIANO, M.; CONSIDERA, C. **Posição relativa do PIB per capita do Brasil entre as maiores economias do mundo**. blogdoibre, 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/posicao-relativa-do-pib-capita-do-brasil-entre-maiores-economias-do-mundo>. Acesso em: 30 setembro 2023.

BANDEIRA, L. A. R. M. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Revista Espaço Acadêmico, Rio de Janeiro, 11 Novembro 2013. p. 107.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

BASSET, L. Adm. Mike Mullen: **National Debt Is Our Biggest Security Threat**. Huffington Post, 2017. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/adm-mike-mullen-national_n_624096. Acesso em: 09 Setembro 2023.

BENN, S. Taper Trouble: The International Consequences of Fed Policy. **Foreign Affairs**, v.93, n. 4, p.54-61, jul/ago 2014. Disponível em: https://relooney.com/NS3040/000_New_1358.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

BLACK, J.; JOHNS, A. M. **The Return of the Cold War: Ukraine, the West and Russia**. I. ed. Nova York: Routledge, v. I, 2016.

BRASIL, R. F. D. **Livro Branco De Defesa Nacional**. SENADO FEDERAL. BRASÍLIA, p. 98. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 20 de jun de 2023.

_____. Ministério da Defesa. Portal do Governo Federal. **A indústria de defesa brasileira: situação atual e perspectivas de evolução**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/palestras/3a_aa_industria_dea_defesaa_brasileiraa_situacao_atuala_ea_perspectivasa_dea_evolucao.pdf. Acesso em: 10 setembro 2023.

_____. Ministério da Defesa. **Defesa supera 1,5 bilhão de dólares em exportações em 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/defesa-supera-1-5-bilhao-de-dolares-em-exportacoes-em-2021>. Acesso em: 30 setembro 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, v.42, n.2, p.503-31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3328>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CAMPOS, F. L. S.; LOBO, I. E.; AZEVEDO, B. M. D. O ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v.5, n.2, p.113-136, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26792/rbed.v5n2.2018.75035>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1832-2010.

CARMONA, R. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. **CEBRI-Revista**, v.1, n.3, p.88-111, jul./set. 2022.

DE OLIVEIRA RODRIGUES, A. **A crise no Leste Europeu à luz da teoria da complexidade**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, p. 3-17, out. 2022. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/10528/8488>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

DELLAGNEZZE, R. **O Conflito Rússia E A Ucrânia**. [Livro eletrônico]. São Paulo, SP: Ed. do Autor, 2022. 79p. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4960/1868>.

FONSECA, J. W. F. D. O desenvolvimento da Indústria Bélica. **Revista de Economia Política**, v.20, n.3, p. 330-346, jul/set 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/t8DZcwhGqkk5Z5FshXpYwWt/>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

IMF – International Monetary Fund. **IMF Country Focus**. Disponível em: <https://www.imf.org/>, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/12/20/cf-how-ukraine-is-managing-a-war-economy>. Acesso em: 30 setembro 2023.

GRESSEL, G. 2. **European Council on Foreign Relations**. ISBN: 978-1-910118-89-4. Disponível em: https://ecfr.eu/publication/keeping_up_appearances_how_europe_is_supporting_ukraines_transformation/. Acesso em: 09 Setembro 2023.

HARRIS, R. D. B. A. J. M. **War by Other Means**. 1ª. ed. Cambridge: Harvard University Press, v. 1, 2016.

HILLE, K. Financial Times. **Financial Times**, 2014. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1f749b24-9f8c-11e3-b6c7-00144feab7de>. Acesso em: 09 setembro 2023.

KAPLAN, R. D. **A vingança da geografia**. 1ª. ed. GEN LTC, 2013.

KENNEDY, P. M. **The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. Londres: Unwin Hyman, 1987.

KULU, H. *et al.* The war, refugees, and the future of Ukraine's population. **Population, Space and Place**, v.29, n.4, p.1-13, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/psp.2656>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. Brasília: FUNAG, v. 2, 2018.

LAWRENCE, P. **Russia's War in Ukraine: State Patriotism or Economic Gain?** *Journal of Global Faultlines*, v.9, n.2, p.198-211, 2022. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48713462>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

LONGO, Waldimir Pirró. **Tecnologia e Transferência de Tecnologia — Problemas Atuais da Indústria Bélica Nacional**. Monografia da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, ECEME, 1977.

LUTTWARK, E. N. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, n.20, p. 17-23, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42894676>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

MATOS, T. Ascensão da China e o Realismo Ofensivo: A Visão de Mearsheimer e o Executivo NorteAmericano. **Revista Perspectiva**, v.21, n.22, p.9-26, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/elain/Downloads/adanilevicz,+Artigo+1.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

MÁXIMO, W. **Dívida Pública brasileira**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/divida-publica-sobe-295-em-junho-e-aproxima-se-de-r-62-trilhoes#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Plano,R%24%205%2C957%20trilh%C3%B5es%20em%20junho>. Acesso em: 30 setembro 2023.

MCFAUL, M. Putin in Power. **Current History**, v.99, n.639, p. 307-314, out. 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45318534>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton Company, Inc., 2014.

_____. **An Offensive Realist's View of China and Crimean Crisis**. 1 vídeo (98 min). Tokyo Foundation Forum, Toquio, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ZV-97GUdHzA>. Acesso em: 09 SETEMBRO 2023.

_____. Donald Trump should embrace a realist foreign policy. **The National Interest**, p.1-6, nov. 2016. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/donald-trump-should-embrace-realist-foreign-policy-18502>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. **Mearsheimer on Brazil**, 2021. 1 vídeo (1 min e 55 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GFVVBkao0BU>. Acesso em: 14 Setembro 2023.

MENDES, S. **Transferência de Tecnologia — Um Problema Atual da Indústria Bélica Nacional**, Monografia da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 1979.

MORAES, R. F. D. **A Inserção Externa Da Indústria Brasileira De Defesa: 1975-2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1-74, 2012. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1715.pdf. Acesso em: 30 setembro 2023.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **Revista de Economia Política**, v.41, n.4, p.700-22, out/dez 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4HDjr3pgty8TcPJVPQnQx5g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de setembro de 2023.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações, tradução de Oswaldo Biato**. 1ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1948-2003.

NETO, B. A. S.; SILVA, C. G. D. Não linearidades na relação entre a dívida pública e o crescimento econômico: uma aplicação ao caso brasileiro. **Nova Economia**, v.33, n.1, p.153-180, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/4HrvmyWRDXKVYFnGDxSkBcn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

NEVES, L. A. D. C.; CARIELLO, T. China's Growing Presence in Brazil and Latin America. **Transition and Opportunity**. 1ª. ed. Beijing: Springer, v. 1, p.73-87, 2022. Disponível em: https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-981-16-8603-0_8.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

NYE, J. S. **The Future of Power**. 1ª. ed. Public Affairs, v. 1, 2011.

OURIQUES, H. R.; ERSINA, M. C. P. A geoeconomia da presença chinesa no Brasil através dos Investimentos Externos Diretos: o caso do setor de energia elétrica (2000-2022). **Revista de Geopolítica**, v.14, n.1, p.1-17, jan/mar2023. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/446/33>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSEMBERG, E. *et al.* **New Tools of Economic Warfare**. Center for a New American Security, Washington, p. 1-78, abr. 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/files.cnas.org/documents/CNASReport-EconomicWarfare-160408v02.pdf?mtime=20161010171125>. Acesso em: 15 de setembro 2023.

RT. **RT News**, 2014. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/view/124304-otan-rusia-europa-ampliacion>. Acesso em: 26 Set. 2023.

TALBOTT, S. **Why Nato Should Grow**. The New York Review [Nova York], ago 1995.

TIAN, N.; et al. **Trends in World Military expenditure**. SIPRI, Stockholm international peace research institute. p.1-12, abril 2023. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2023-04/2304_fs_milex_2022.pdf. Acesso em: 10 Set. 2023.

THIRLWELL, M. P. **The Return of Geo-economics: Globalisation and National Security**. Sydney: Lowy Institute for International Policy, 2010. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/121234/Thirlwell,%20The%20return%20of%20geo-economics_web%20and%20print.pdf. Acesso em: 09 Setembro 2023.

TROXELL, J. F. Geoeconomia. **Military Review**, Leavenworth, p. 1-20, ago 2018. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/geoeconomia-terceiro-trimestre-2018.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

Revista

YERGIN, D. **The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World**. 1ª. ed. Nova Iorque: Penguin Books, v. I, 2010.

ZARATE, J. C. **Treasury's War: The Unleashing of a New New Era of Financial Warfare**. 1ª. ed. Nova Iorque: PublicAffairs, v. I, 2013.